

REPÚBLICA FEDERATIVA

SECAOI - PARTE II

DECRETO Nº 46.237 - DE 18 DE JUNHO DE 1959

ANO XVII - N.1 249

CAPITAL FEDERAL

TERCA-FLIRA, 30 DE DEZEMBRO DE 1978

CULTURA MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PORTARIAS DE 17 DE DEZEMBRO DE 1975

O Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 12 do Decre-to número 72.912, de 10 de outubro de 1973, e tendo em vista o disposto no item 4 da Instrução Normativa DASP n.º 46, de 19 de agosto de 1975, resolve designar:

N.º 834 — Celina Fernandez de Oliveira, ocupanto do cargo do Técnico de Administração, NS-923.7.C, do Quadro Permanente da mesma Universidade, para exercer a função de Diretor, Código: DAI-111.3, da Divisão de Controle de Cargos e Empregos do Departamento de Pessoal;

N.º 835 — Florinda Simão de Melo, ocupante do cargo de Agente Administrativo, SA-801.6.E., do Quadro Permanente da mesma Universidade. para exercer a função de Chefe, Código: DAI-111.3, da Seção de Cadastro Individual da Divisão de Controle de Cargos e Empregos do Departamento de Pessoal;

Mento de Pessou;

N.º 836 — Tônia Rios e Silva, —
ocupante do cargo de Agento Administrativo, SA-801.6.E, do Quadro
Permanente da mesma Universidade,
para exercer a função de Chefe, Código: DAI-111.2, da Seção de Controle de Quadros e Tabelas da Divisão de
Controle de Quadros e Tabelas da Divisão de Controle de Cargos e Empregos, 607 — Charalle Vanication.

N.º 837 — Givanido Henrique de Aimeida, ocupante do crgo de Agente Administrativo, SA-801.5.D. do Quadro Permanente da mesma Universidade, para exercer a função de Chefe, Código: DAI-111.2, da Seção de Controle orçamentário do Serviço de Pagamento de Pessoal, do Departamento de Pessoal, correlata com a categoria funçanel indicado de servicategoria funcional indicada, de acor-do com o Decreto n.º 76.543, de 4 de novembro de 1975, publicdo no Diário Oficial de 6 subsequente.

dade, para exercer a função do Che-fe, Código: DAI-111.2, da Seção de Treinamento da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento, do Departamento Aperfeiçoamento, do de Pessoal.

N.º 840 - Céres Maria Pereira N.º 840 — Céres Maria Pereira de Souza Leão, ocupnte do cargo de Técnico de Administração, NS-923.7.C, do Quadro Permanente da mesma Universidade, para exercer a função de Diretor, Código: DAI-11.3, da Divisão de Legislação, Direitos e Deveres do Departamento de Pessoal.

N.º 841 — Maria José de Lemos, ocupante do cargo de Agente Administrativo, SA-801.6.E, do Quadro Permanente da mesma Universidade, para exercer a função de Chefe Código: DAI-111.2, da Seção de Pessoal Estatutário, da Divisão de Legislação, Direitos e Deveres, do Departamento de Pessoal;

N.º 842 — Maria de Pompéia Moreira Dantas, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para exercer a função do Secretário Administrativo, Código: DAI-111.2, do Gabinete do Reitor;

Nº 846 - José Clodosido Lina ocupante do cargo de Agente Admi-nistrativo, SA-801.5.D, do Quadro Permanente da mesma Universidde, nistrativo, SA-Solici.D, do Edudito Permanente da mesma Universidde, para exercar a função de Secretário Administrativo, Código: DAI-111.2 do Centro de Tecnologia desta Universidade.

Correlatas com as categorias fun-cionais indicadas de acordo com o Decreto n.º 76.543 de 4 de novembro de 1975, publicado no *Didrio Oficial* de 6 subsequente.

O Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 12 do Decra-to n.º 72.912, de 10 de outubro de 1973, e tende em vista o disposto na alinca a do item 6 da Instrução Nor-mativa DASP n.º 46, de 19 de agosto de 1975, resolve:

N.º 843 - Designar Maria Candida Silveira, ocupante do cargo de Agen-te Administrativo, SA-801.6.E, do Quadro Permanente da mesma Uni-Oficial de 6 subsequente.

N.º 838 ~ Vilma Wanderley Braga
Mota, ocupante de cargo de Técnico
de Administração NS-923.6-B, do
Quadro Permanente da mesma Universidade, para exercer a função de
Assistente, Código: DAI-112.3, da
Por-Reitorla para Assuntos Regionais
o Intercâmbio Científico, em caráter
provisório, caquanto não houver servidores ocupantes de cargos e empregoria Funcional de Técnico em Assuntos Educacionais, correlata com a
N.º 839 — Maria José Pinio Carvalheira, ocupante de cargo de Agente
Administrativo, SA-801.6.E, do Quafiro Permanente da mesma Universi-

PORTARIAS DE 18 DE DEZEMBRO DE 1975

O Reitor da Universidado Federal de Pernambuco, usando da atribuição que lhe confere o artigo 12 do Decreto n.º 72.912. de 10 de outubro de 1973, e tendo em vista o disposto na alinea o do item 5 da Instrução Normativa DASP n.º 46, de 19 de agosto de 1975 .resolve:

N° 845 — Designar Maria de Car-mo Lima Cerquinho Nunes, ecupante de cargo de Agente Administrative, SA-801.6.E, de Quadro Permanente da mesma Universidade, com habilida mesma Universidade, com habilitação profissional de Licenciatura em Letras Neo-Latinas, para exercer, em caráter provisório e por se tratar de primeiro provimento, a função de Assistente, Código: DAI-12.3, da Pro-Reitoria para Assuntos Comunitários, desta Universidade, sem prejuízo da observância da correlação estabelecida pelo Decreto n.º 76.643, de 4 de novembro de 1978, publicado no Diário Oficial de 6 subsequente, quando dos provimentos da referida função que ocorrerem após a respectiva vacância.

N.º 848 — Detignar Luce Mesquita Wanderley, ocupante do cargo de Agente Administrativo SA-801.6.E, do Quadro Permanente de mesma Universidade, com habilitação profissional de Guarda-Livro, expedido em 1941, para exercer, em caráter provisório e por se tratar de primeiro provimento, a função de Assistente, provisório e por se tratar de primeiro provimento, a função de Assistente, Código: DAI-1123, do Departamento de Administração, desta Universidade, sem prejuízo da observância da correlação estabelecida pelo Decreto u.º 78.543, de 4 de novembro de 1975, publicado no Diário Oficial de 6 subsequente, quando dos provimentos da referida. função que ocorrerem após a respectiva vacância.

PORTARIAS DE 1 DE DEZEMBRO DE 1975

O Reitor da Universidado Federal de Pernambuco, usando da competência que lhe foi atribuída pelo Artigo 1.º, parágrafo unico do Decreto número 51.352, de 23 de novembro de 1961, resolve;

N.º 780 — Conceder exoneração, de acordo com o artigo 75, item I, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de

No Quadro Unico de Pessoal desta Universidade, a partir de 1.º de cutu-bro de 1975, a Roberto Caralcanii de Albuquerque, ocupante do cargo de Professor Assistente, EC-503, matri-cula nº 2.218.649 tendo am vista sua Universidade a partir de 20 de ju-

integração no Instituto de Planejamento Econômico e Social, IPEA, do Ministério de Planejamento e Coordenação Geral, considerando se extinto e automaticamente suprimido, a Coordenação Geral, considerando-se extinto e automaticamente suprimido, a partir daquela data, o cargo que vinha ocupando, em cumprimento so disposto no § 3.º do artigo 1.º da Lei n.º 6.184, de 11 de dezembro de 1974. (Processos UFPE, ns. 14.504 e 15.084 de 1975).

O Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, nos termos do Arti-go 33, alinea "g' do Estatuto da mes-ma Universidade, resolvo:

N.º 792 — Dispensar a pedido, a partir de 1 de novembro de 1975 a Bibliotecária Classe "B", Código:
NSB32.4, Cléa Dubeux Pinto Pimentel, da função gratificada, simbolo 3.F, de Chefe da Biblioteca Setorial de Ciências Econômicas, pertencenta a Biblioteca Central desta Universidade. dade.

PORTARIAS DE 4 DE DEZEMBRO DE 1975

O Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, nos termos do Artigo 33, alínea "g" do Estatuto da mesma Universidade, resolve:

N.º 795 — Dispensar a pedido, a partir de 1 de dezmbro de 1975.
Dione Mota Cavalcanti, Agente Administrativo, Classe "E", Código
EA-831.6, do Quadro Permanente desta Universidade da Chefla da Seção de Expedente, simbolo 5-F, do Curso de Licenciatura do Centro de Educação.

O Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, usando da compe-tência que lhe foi atribuída pelo arti-. go 1.º, parágralo único do Decreto n.º 51.352 de 23 de novembro de 1961,

N.º 796 — Conceder aposentadoria, de acordo com o artigo 176, item II da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952,

A Manoel Martiniano de Souza, — matricula n.º 1.830.853, no cargo de Inspetor de Alunos, EC-204, nivel 10-B, do Quadro Suplementar desta Universidade. (Processo NFPE número 15.321-75.)

Morário da Medacão

O Setor de Redação tanctoaa, para atendimento do público, das 12 4- 18 horas.

Des Originam

As Repartições Públicas deverão entregar no Serviço de Comunicações do Departamen-to de Imprensa Nacional, até as 17 horas, o expediente desti-nado à publicação.

- Os originas para publipação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados diretamente, em espaço dois, em papel acetinado ou apergaminhado, medindo no máximo 22 x 33 cm, sem emendas ou rasuras. Serão admitidas cópias em tinta preta e indelèvel, a tritério do D.I.N.

- Os originals encaminhados à publicação não serão restituldos às partes, ainda que não publicados.

Reclamações

As reclamações pertinentes à matéria retribuida, nos casos de erro ou omissão, deverão ser formuladas por escrito ao Setor de Redação, até o quinto Bia util aubsequente à publica-

CEPARIAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL EXPEDIENTE

ALPERTO DE BRITTO PEREIRA

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

MARIA LUZIA DE MELO

DIÁRIO OFICIAL

SECÃO I . PARTE II

Orgão destinado à publicação dos atos da administração descentralizada (Impresso nas oficinas do Departamento da Impressa Nacional)

BRASILIA

ASSINATURAS

i .		-			•	–	
	REPARTIÇÕES E PART	TCULAR	i es	ŧ	Puncionário	13	
Seme	50'8	C	69.00	Semestre	*********	C-S	52.00
Ano	***************************************	Cr\$	138.00	ληο	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , 	Cr\$	103,00
	Exterior		• • •	}	Exterior	. •	
Ano	421-011111	CA	198.00	Ano		C4	163.00
	· .	1	PORTE	ABREO			.

A ser contratado separadamente com a Delegacia Regional da E.C.T. (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), em Brasilia.

- NOMBRO AVULSO

- O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar. = O preço do exemplar atrasado será acreecido de Ce\$ 0,50 por ano, se de

Assinaturas

- As assinaturas para o exterior serão anuais.
- As aseinaturas veucidas serão suspensas sem prévio aviso.
- Para evitar interrupção na remessa dos órgãos oficiais, a renovação de assinatura deve ser solicitada com trinta (30) dias de aptecedência.
- As assinaturas das Re-partições Públicas serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março.
- Os Suplementos às edições dos orgãos oficiais só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no eto da assinatura.
- Os pedidos de assinaturas de servidores devem ses encaminhador com comprovante de sua situação funcional.

Remessa de Valores

A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento, por cheque, através do Banco do Brasil, a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional, acompanhada de esclarecimentos quanto à sua aplicação.

nho de 1975, a Maria do Perpétuo So-corro Adusumilii ocupante do cargo de Professor Adjunto, EC-502, tendo em vista sua integração na Fundação Universidade de Brasilia, do Ministé-rio da Educação e Cutura, conside-rando-se extinto e automaticamente suprimido, a partir dequeia data, o cargo que vinha ocupanco, em cumpri-mento ao disposto no § 3.º do artigo 1.º da Lei n.º 6.814, de 11 de dezem-tro do 1974. (Processo UFPE, núme-ro 10.261-75). pho de 1975, a Maria de Perpétuo So-

PORTARIA DE 9 DE DEZEMBRO DE 1975

O Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, usando da compa-tência que lhe foi atribuida peu arti-to 1.º, parágrafo único de Decreto n.º 14.352, de 23 de novembro de 1961, re-

m. 500 — Declarar aposentado, sompulsoriamente, de acordo com o ut. 173, item I, combinado com os ut. 181 e 107, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1962.

A partir de 2 de julio de 1976, Martes de Castro Maia, matricuia número 1.762,432, no cargo de Agente Administrativo, Chase "E". Código: BA-861.6 de Quadro Permanente despa-out. o do Quadro Permanente des-ja Universidade. (1º1000850 C. I. n.º 175, de 25 de novembro de 1975, da Divisão de Material da Reitoria).

PORTARIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976

O Reitor da Universidado Federal de Pernambuco, usando da compo-tência que lhe foi atribuida pelo Ar-tigo 1,º parágrafo único do Decreto a.º 61.362, do 83 de movembro de 1901,

N.º 838 — Conceder exeneração de acordo com o artigo 78, item L Loi a.º 4.711, do 28 de outubro de 1962,

To Qg: dro Thico de Pessoal desta Universidade a partir de 15 de dezembro de 1976, a Isaltino Torreso de Lima, ocupanto de Cargo em comissão simbolo 6-C, de Diretor da Divicão de Oficinas da Prefeitura da Cidade Universidada pelo ardade Universidada.

combinado com o artigo 33, alínea "g" do Estátuto da mesma Universi-dade, e tendo em vista o contido ao Processo UPPE, n.º 18.639-45, resol-

N.º 831 — Dispensar, a padido, Cé-lia Lira Paulo, Andstente de Admi-mstração, nivel 16.L. do Quadro Su-plementar desta Universidade, da junção gratificada, simbolo 8.P. de Chefe da Soção de Legislação Direi-tos e Deveres, da Divisão de Legisla-ção Direitos e Deveres do Departa-mento de Pessoal. mento de Pessoal.

O fictior da Universidado Federal de Pernambuca, usando da competência quo lhe foi atribuída pelo artigo 1.º, parágrafo único do Decreto número 51.352, do 23 de novembro de 1961, e tendo em vista o disposto no Decreto n.º 72.912, do 19 de outubro de 1973, que transformou os cargos e funções abaixo relacionados, resolve

N.º 832 - Conceder exoneração at

Vilma Wandurley Braza Mota, Téc-nico de Administração, NS-923, 6-33 do cargo em contissão, símbolo 6-G, de Diretor da Divisão de Soloção Aperfeiçoamento de Departamento de Pessoal:

Concede dispensa at

Florinda Simão do Melo, Agente Administrativo, SA-801,6.2, da fun-ção gratificada, almbolo 5.7, do Che-le da Seção de Cadastro o Lotação da Divisão de Controle de Carrus e Em-preso do Departamento de Pessoni Tônia Rios o Silga Agente Admi-nistrativo, Sa-601,525, da função gra-

Imposto Sobre Operações Financeiras

DECRETO-LEI Nº 914 - DB 7-10-1969

DIVULGAÇÃO Nº 1.131

Preço: Cr\$ 0.60

A VENDA -

Na Cidade do Rio de Janeiro

Posto de Venia - Seder Av. Rodrigues Alves, I

. Posto de Venda 1: Ministério da Pazenda

Posto de Venda III Palácio da Justiça. 3º pavimento -Corredor D - Sala 311

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Ben Brasilla

Meria Cândida Silveira, Agente Ad-ministrativo, SA-801.6 E, da função gratificada, simbolo 5 F, de Chefe da Seção de Contabilidade da Divisão de Contabilidade do Departamento Contabilidade e Finanças,

PORTARIA DE 17 DE DEZEMBRO DE 1975

O Reitor da Universidade Redoral de Pernambuco, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 12 do Decreto n.º 72.912, de 10 de outubro de 1973, e tendo em vista o disposto ne item 4 da Instrução Normativa
DASP n.º 46, de 19 de agosto de 1975, resolve: -

N.º 833 - Designar Luiza Amazonas Pontual, ocupante do cargo de Técnico de Administração, NS-923.7.C, do Quadro Permanente NS-923.7.C, do Quadro Permanente da mesma Universidade, para exercer

tificada, símbolo 5.F., de Chefe da Seção de Classif.cação e Retribuição de Cargos e Empregos de Divisão de Controle de Cargos e Empregos do Departamento de Possoal; de Controle de Cargos e Empregos de Departamento de Possoal; de Controle de Possoal; de Controle de Possoal; de Controle de Possoal; de Cargos e Empregos de Departamento de Possoal; de Chefe da Seção de Treinamento de Divisão de Seleção e Aperfeiçonmento, do Departamento de Pessoal; de Candida Silvetra Agente Ad-

O Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, usando da compe-tência que lhe foi atribuída pelo ar-tigo 1.º, parágrafo único do Decreto n.º 51.352, de 23 de novembro de 1961, combinado com o artigo 33, alínea "g" do Estatuto da mesma Universidade, resolve:

N.º 844 — Dispensar Maria do Carmo Lima Cerquinho Nunes, Agente Administrativo, SA-801.6.E, do Quadro Permanente desta Universidade, da função gratificada, simbolo 2.F, de Secretário Chefe da Secretaria do Cantro de Tecnologia da nasma Universidade.

N.º 847 — Dspensar Luce Mesquita Wanderley, Agente Administrativo, SA-801.6.E, do Quadro Permanente desta Universidade, da função gratificada, símbolo 1.F, do Assessor Técnico do Departamento de Administração da mesma Universidade.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

SUPERINTENDENCIA NACIONAL DA MARINHA MARCANTE

. RESOLUÇÃO DA SUNAVAN Acres Aurilla State State S

Et 4.869

SERVIÇO DE ESTIVA, CONFERÊNCIA H CONSERTO DE CARGA E DESCARGA E DE VIGILÂNCIA PORTUÂRIA.

A Superintendência Pacional da Marinha Mercante, no uso des atribuições que lhe confere o Decreto nº 75.838. de 13 de março de 1974, RESOLVE:

- I REVOCAR os seguintes itens e subitens da Resolu ção nº 4.417:
 - s] iten 3.7 c seu subitem: .
 - b) item 3.18 a seus subitens;
 c) item 4.14.
- II INSERIR os soguintes items o subitens na Resolu elo nº 4.4171
 - 3.7 Nas operações de carga o descarga de grandis solidos por sparelhos mecantees ou transporta dores automáticos, requisitar-se-a um (1) con ferente de carga e descarga para cada aparo The com registrator ou Balanca automatica em operação efetiva, ressalvada a hipótese item 1.11 desta Resolução.
 - 3.17.1 A remuneração do conferente-chefe, con ferente-ajulante, conferente-rendição e/ou conferentes em serviços - especi ais, sera calculada sobre a remunora ção do conferente do lingada ou norão do maior ganho atingido duranto o pe riodo total de trabalho. Para tanto considera-se período total de traba the aquele executade per um mesmo ter no durante as horas normais, adiciona Jas Bs horas prorrogadas, se houver.

- 3.18 Pela prestação de serviços extraordinários . serão pagos sos conferentes de carga e descar ga alem de seu ganho, por salário, numa jorna da normal do trabalho, os seguintes adicio naise
 - 3.18.1 Continuação (prorrogação de duas (2) horas, on continuação turno normal de trabalho): 203 (vin to por cento) para-cada hora prorra gada, tonando-se por base o saláriohora a ser pago so conferente de carga e descarga.
 - 3.18.2 Trabalho nas horas de refeição e re pouso: 100: (cen por cento) do \$2 lario-hora correspondento a dura-. Ção, por intairo, da refeição e ro pouso estabelecido da regulamentação do cada porto. .
 - 3.18.3 Trabalho à noite: 501 (cinquenta por conto) do salário-dia a que tiver di reite o conferente de carga o descar ga pela duração do trabalho no perío do diume de dia Vell.
 - 3.18.4 Traballio aos Joningos: 501 (cinquen ta por cento) do salário-dia a que tiver direito o conferento de carga e descarga pela duração do trabalho . no período diurno de dia útil.
 - (cen 3.18.5 - Trabalho nos Yeriados: 1003 por cento) do salário-dis a que ti ! ver direito o conferento de carga e descarga, pela duração do trabalho no períedo diurno de dia útil.
- 3.19 Pola prestação de verviços extraordinários, so rão pagos aos conferentes de carga e descarga alem do seu ganho, por produção, nuna jornada normal de trabalio, os seguentes adicionsis:
 - 3.19, I Continuação (prorrogação de Juas (2) horas, em continuação . 20 turno normal de trabalho) 205 (vinto por cento) para cada hora prorroga da, tomando-se por base o ganho, por produção, a ser pago ao conferen te de carga e descarga
 - 3.10.2 Trabalto has horas de refeição e ro rouso: 1005 (cen per cento) do sala rio-hora correspondente à duração, por inteiro, da refoição o repeuso estabolecido na regulamentação do cada porto.
 - 3.19.3 Traballio a noite: 251 [vinte o cinco por cento) do ganho por produção ... quo tiver direita o conferente carga o descarga, pela duração - trabalhe no período di erno.
 - 1. 18.4 Trabalho nos domingos: 25% (VIII) e cinco por cento) do ganho por pro ducio a que tiver direito e conferez te de carga o descarga pela duração do trabasão no perfete flumo 40 din ütil.
 - 5.19.5 Trabalho nos feriados: 1001 (cam per cento) de ganho por predução a.

quo tiver alreito o conferente carga o descarga, pela duração do trabalho no período diurno de dia

4.13.1 - A romneração & Consertador-chefe , Consertador-rendição e/ou Conserta dor-balança, quando houver, será cal culada sobre a remuneração do Conser tador de Carga e Descarga de major canho atinglde lurante o período to tal de trabalho. Para tanto, conside xa-so período total de trabalho aque le executado por um mesmo terno du rante as horas normais, adicionadas. as horas monogadas, so houver.

4.14 - Pela prestação do serviços extraordinários, so rão pagos aos consertadores do carga e descar ga, alem de seu ganho, por salario, numa jor nada normal de trabalho, os mesmos adicionais indicados no item 3.18.

4.15 - Pela prestação do serviços extraordinários, so tão pagos sos consertadores de carga e descar

> ga, alem de seu ganho, por produção, jornada normal de trabalho, os mesmos adicio nais indicados no item 3.19.

III - ESCLARECER, que, nos portos cujo critério de Temunoração dos serviços extraordinários foi feito somento base na tabela de salário-dia e não sobre a produção, a SUNAMAM. a título de compensação, por iniciativa dos orgãos sindicais in Ceressados, através da respectiva Federação, poderá estudar a fi gação de um percentual temporário, sobre os atuais ganhos, desde que devidamento comprovados.

Esta Resolução entrarã em vigor cinco (5) diag Sp55 & sua publicação em Diário Oficial da União.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1975

MANOEL ABUD Superintendente

RECUEUÇÃO DA SUNAHAH

Nº 4872 - NAVEGAÇÃO INTERIOR DE TRAVESSIA TABELA DE TREÇES

. A Superintendencia Racional da Marinha Mercante. no uso dis atribuições que lhe centere o Decrete nº 75.838, de 13 de março do 1974,

Considerando o disposto na Resolução nº 76/75 do Consolha Interministerial de Pregos, ALSOLVE:

Adotar es tabelas de preçes anexas para es cervi gos de travessia nos Ries Acara, Acara-Mirin, Capin, Cuana o Tocantins, no Estado do Parã.

Esta Resolução entrarã en vigor 5 (cinco) dias g Tos a sua publicação no Diário Oficial da União.

(Reuniño do Conselho Consultivo da SUMMAN da 23-11-75 - Pro Cesso B-75/22366)

Rio de Janeiro, #Q de desembro da 1975.

NAMORE ABUD Cuperintendents

ANEXO I A RESOLUÇÃO NA 4872

TADELA DE PREÇOS DE SERVIÇO DE BALGAS TRAVESSIA NO RIO ACARA EM ACARA (PA)

DISCRININAÇÃO		QUOTA DE PREVIDÊNCIA	PREÇO
JAHAHA			-
Carresada	41,67	3,33	45,00
Yazia	29,63	2,37	32,00
CAMMINATO GRANDE - TIPO:			, ,
FRH, Scanis, Hercedes a Chevrolet	1 ' 1		٠.٠
Carregado	31,48	2,52	34,00
Vazio	22,22	1,78	24,00
CAMTUNÃO MÉDIO - TIPO:			
Ford F-600, Chevrolet & Hercedes	1 1		
Carregado	25.00	2,00	27,00
Vazio	17.59	1,41	19,00
CAMIRRÃO PECURNO - TIPO:	*''''	-,	-2,00
Ford F-350 e Hercedes	1		•
Carregado	18.52	2,48	20.00
Vazio	12.96	1,04	14.00
WIBUS	29.63	2.37	32,00
AUTOMÓVEL, JERP E CAMIONETA	12,04	0,96	13,00
	. 4,63	0.37	5,00
CARROÇALAMBESTA E MOTOCICLETA	2,78	0.22	3,03
	0,93	0.07	1,00
DICICLETA			
MIMAIS EN TROPA POR CABEÇA	1,85	0,15	5,00
PEDESTRE	0,93	0,07	1,00

OBSERVAÇÃO: 1) Os caminhões quando rebocarem truque sofrerão os seguintes acrêscimos em seus preços:

		QUOTA DE PREVIDÊNCIA	PRECO TOTAL
TRUQUE CARREGADO	2,78 1,85	0,22 0,15	3,00

- 2) A presente tebela sofrerá majoração do 30% (trinta por cento) no horário das 19:00 horas às 07:00 horas
- 3) Os passageiros dos veículos não pagam passagem

AMEXO 11 % RESOLUÇÃO Nº 4872 TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇO DE BALSAS TRAVESSIA DO RIO ACARA-HIRIH EN

A) 	. E	. En Cr\$	
PRECO DO TRANSPORTE		PREÇO TOȚĂL	
35,81 28,78	3,10 2,30	43,00 31,00	
29,63 21,30	2,37 1,70	32,00 23,00	
		l	
23;15 16,67	1,85 1,33	25,00 18,00	
7.	1		
17,59 12,96	1,41	19,00 14,6	
27,78 11,11 4,63	2,22 0,85 0,37	30,00 12,00 5.00	
2,78 0,93 1,85	0,2Z 0,07 0,15	3,0; 1,0; 2,0;	
	PREÇO DO TRANSPORTE 35,81 28,78 29,63 21,30 17,59 12,96 27,78 11,11 4,63 2,78 0,93	PRECO DO QUOTA DE TRANSPORTE PREVIOENCIA 35,81 2,876 2,30 29,63 2,37 21,30 1,70 23,15 1,85 16,67 1,33 17,59 1,41 12,96 1,04 27,78 2,22 11,11 0,88 4,63 0,97 2,78 0,27 0,93 0,07 1,85 0,15	

CBSIRVAÇÃO: 1) Os caminhões quando rebocarem truque sofrerão es se guintes acrescians en seus preçosi

• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •		<u>En CrS</u>	
DISCRIMINAÇÃO	PREÇO DO TRAUSPORTE .	QUOTAL DE PRIVIDENCIA	PRECO TOTAL
TRUQUE CARREGADO		0,15 0,07.	2,00. 1,00

- 2) A presente tabela sofreră majoração do 30%(trinta por cento) no horário das 19:00 horas às 07:00 horas
- 3) Cs paisagetros dos veículos não pagam gassagama

ANEXO III À RESOLUÇÃO ES 4872

TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇO DE BALSAS TRAVESSIA NO RIO CAPIN EX SANTANA (FA)

TA . DE VIDÊNCIA	I REÇO TOTAL
3,56	48,00
2,59	35,00
•	
	•
2,74	37.00
2,00	27,00
	1
2,15	29,00
2,56	21,00
-,,,	1 ,
	i
1,63	22.00
3,19	16,00
2.59	35.00
1,04	14.00
0,44	6,00
0,22	3,00
	2.00
	2,50
	0,15 0,19 0,11

DESERVAÇÃO: 1) Os caminhões quando rebocarem truque sofrerão os se guintes acréscimos em seus proços:

· -			Em Cri
DISCRILINAÇÃO (CUOTA DE FREVIDÊNCIA	PREÇO TOTAL
TRUQUE CARREGADO TRUQUE VAZIO	2,78 1,85	0,22	3,00

- 2) A presente tabela sofrerà majoração de 30% (trinta por cento) no horário das 19100 horas às 07100 horas
- 3) Os passageiros dos veículos não pagam passagem

ANEXO IV & RESOLUÇÃO Nº 4872

TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇO DE BALSAS TRAVESSIA NO RIO GUAMA EM BUJARO (PA)

			EN Crs
DISCRIMINAÇÃO	PRECO DO	QUOTA DE	PREÇO
	TRANSPORTE	PREVIDÊNCIA	TOTAL
JAMANTA Carregada Valia Cumning Grands - Tipo:	53,70 38,89	4;30 3,11	55,00 42,00
Thm, Scania, Norcedes o Chevrolot - Carregado	41,67	3,33	45,00
	31,48	2,52	34,00
Tord F-600, Chevrolet e Mercedes Carregado Vario CANIKHÃO PEQUENO - TIPO:	34,26	2,74	37.00
	25,00	2,00	27,00
Tord F-350 e Mercedea Carregado Carregado CNIBUS CNIBUS AUTOMOVEL, JEEP R CAMIONETA	27.78	2,22	30.00
	19:44	1,56	21.00
	41:67	3,5 3	45.00
	18:52	1,48	20.00
	7:41	0,59	8.00
LAMBRETA E HOTOCICLETA BICICLETA ANIMATS EN TROPA FOR CABECA PEDESTRE	4,63	0,37	5,00
	2,78	0,22	3,00
	3,70	0,30	4,00
	1,85	0,15	2,00

OBSERVAÇÃO: 1) Os caminhões quando rebocarem truque cofrerão os seguintes acrescimos en seus proços:

	1.7%		EN Cr\$
Discrininação	PRECO DO	QUOTA TE	PREÇO
	TRANSPORTE	PREVIDÊNCIA	TOTÁL
TRUQUE CARREGADO	3,70	0,30	4,00
	2,73	.0,22	3,00

- 2) A presente tabela sofrera majoração do 30% (trinta por cento) no horario das 19:00 horas as 07:00 horas
- 3) Os passageires des velcules não pagam passagem

AMENO V A RIJOLUÇÃO Nº 4872 TABELA DE PRIÇOS DE SERVIÇO DE PALSAS TRATESSIA NO RIQ TOCANTINS EL SÃO FELIX (T.)

discriminação	PREÇU DO TRANSFORTB	QUOTA DE PREVIDÊNCIA	TOTAL 1
JAMANTA- CATTOGAĞA VATÎA CANIMINO GRANDE - TIPG: FNM, SCANIA, Morecdes a Chevrolet Carrogado VATÎO CANIMINO MEDIO - VIPO: FORD F-600, Chevrolet a Norcedes Carrogado VATÎO CANIMINO PEQUENO - TIPO: FORD F-350 a Morcedes Carrogado VATÎO ONIBUS AUTONOVER, JEEF B CANIONETA CARROÇA LAMBRETA B NOTOCICLETA BICICLETĂ ANIMAIS EM TROPA POR CIBEÇĂ PEDESTRE	\$0,93 \$7,04 \$7,31 \$27,63 \$1,48 \$25,15 \$25,15 \$25,93 \$18,52 \$18,52 \$18,69 \$16,63 \$25,70 \$1,83	4.00 5.00 5.00 5.00 5.00 5.00 5.00 5.00	55.09 40.30 43.03 57.03 57.03 26.00 42.00 18.00 5.00 4.03 2.00
	•]• •	1	

OBSERVAÇÃO: 1) Os caminhões quando redocarem truquo sofrerão co seguintes acréscimos em seus preços:

	·	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	En Cr
DISCRIMIN/CKO	FRECO DO TRANSPORTE	QUUTA DH PREVIDÊNCIA	PRECO TOTAL
TRUQUE CARREGADO	3,70 <u>.</u> 2,78	0,50 0,22	4,00 / 5,00 i
	 		

- 2) A presente tabela spirera majeração do 301 (triata per com to) no horário das 19:00 horas as 07:00 horas.
- 5) Os passageiros dos refeules não pagas passagey.

RESOLUÇÃO DA SUNAMO!

Nº 4873 - MAYECAÇÃO INTERIOR DE TRAVESSTA TIBILA DE PREÇOS

. A Superintendench : Nacional de Merinha llercante.
23 uso des atribulções que the confere o Fecrato 27 73,838. de
23 de março de 1974,

Considerando o disposto da Resolução nº 76/73 do Consolho Internanisterial do Preços, RESOLVAS

. Adotar a tabela 6-, pregona area aris o serviço, co travala certo santos (98) o Vicento do Carral a (98) o Carral a ca

Esta Rezolução entrará en vigor 8 (circo) dias est gos a sua publicação no viário Oficial da Univo.

(Reunião do Coapelha Consultivo da SWINWI do 28-11-78 - 202)
cosso S-75/24669)

Mio de Jeneiro, ap de décembra de 1978.

Mancel abud Superintendente ... AMEXO A PRIOLUÇÃO Nº ACTS

TABBLA DE PARÇOS DE SERVIÇO EM CATRATAS LIGANDO SANTOS (SP) E VICENTE CARVALHO (SP)

· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			En Cr\$
DISCRIMINAÇAL	PRECO DO TRANSPORTE	PREVILLENCIA	TOTÁL.
TOR PESSON	0,74	0,06	0,20
CHATA ESPECIAL PARA O ESTALBIRO - YDA	23,15	1,85	25,00
CHATA FSPECIAL PAPA O FSTALBIRO - 10A E VOLTA COM PIRBITO A 20 (VINTE) MI RUTOS DE ESPERA	37,04.	z. r6	40,00
SACARTA, CAIKAS DE VERDURAS, FRUTAS, PEIXE (POR VOLUME)	1,48	0.12	1,60
TURISHO (POR HORA)	60,19	4,82	65,00

RESOLUÇÃO DA SUNAHAN

Nº 4874 - NAVEGAÇÃO ILITATOR DE TRAVESSIA . . TABELA DE PREÇUS.

A Superintendência Nacional da Mariaha Hercante. no uso das atribuições quo lho confero o Docreto nº 75.838, de 15 de margo do 1974,

Considerando o disposto na Resolução 65/75 do Com sciho Interministerial do Preços, EESOLVE;

Adotar as tabelas de proços anexas para os servi ços do travessis, no Rio Uruguai, entre es Municípios de l'almi tinho (RS) o Itapiranga (SC) o entre os Hunicipies do Hondaí (SC) o Vicente Dutra (RS).

gos a sua publicação no Diário Oficial da União.

(Mounião do Consolho Consultavo da SUNANAN do 28-11-75 - Pro cesso B-75/18881).

ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 4874

TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE BALSAS TRAVESSIA'NO RIO UNUGUAI ENTRE OS MUNICÍPIOS DE PAVMITINHO (RS) E DE LTAPIRANGA (SC)

, DIECRIHINAÇÃO	PREÇO DO THANSPORTE	PREVIDENCIA	TOTAL
JANANTA Cartegada Vaila EANIRINO GRAMBO - TIPO:	44,44 29,63	13,56 2,37	48,00 32,00
TNM, Scania, Morcedes o Chevrolet Carregado Vario CMHMAD MESIO - TIPO:	31,48	2.52	31,00
	21,30	1.70	23,00
Ford F-600, Chevrolet & Mercedes Carregado Vatio CANINA AO PROMENO - TIPO:	26,65	2,15	29.00
	17,59	2,41	19,00
Ford F-350 e Mercedos Carrogado	20.37	1.63	22.00
	16,67	1,33	18,00
CNIBUS Com passageiro Som passageiro JUTOMOVEL, JEEP E CANIONETA CARROCA BICICLETA BICICLETA	737,96 19,44 14,81 6,48 2,78 1,30	3.04 2.56 1.19 0.52 6.22 0.10	41,06 21,00 16,00 7,00 3,00
ANIMATS: Equinos o bovinos (p/cabeça) Outros (p/cabeça) PEDESTRB	1.85	0.15	2,00
	1.30	0.30	1,40
	1.30	0.10	1,40

OBSIRTAÇÃO: 1) Os caminhões quando tobocaron truquos, sofratão os travin tes acroscimos en seus proços:

· · ·			141 (14
DISCRININAÇÃO	PRICO DO	QIOTA DE	PLT.CO
	THANSFORTE	PRLVIDÊNCIA	TOTAL
TRUQUE CARREGADO	3.7C	0.30	. 4,00
	2,78	0,22	3,00

- 2) A prosento isbela sofrora najoração do 301 (crinta por con te) mo horário das 19:00 horas às 07:00 horas o, aos douin gos o feriados, on qualquer horário;
- 8) Os l'asseguires des volcules une present

. AMEXO II . A RESOLUÇÃO Lº 4874

TARELA DE PRECOS DE SERVIÇO DE PALSAS

TRAVESSTA EO RICCURIGUAT

PORTO HOMBAT - LICHEDO OS MENICIPIOS DE HENDAI (SC) E DE VICENTE DUTRA (RS)

the state of the s	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	· - · - ·	Fa C12
Discrininação	PRECO DO DIRALE	PREALDERCTY DE	PRECO. 10TAL
JAMANTA CATTOGRAM Y821a CANIMING URANDS - TIPD:	44,44	3,56	48.00
	29,63	2,37	32,00
PNN, Scania, Mercodes e Chevrolet Carrogado Vario CANIANAO HEBIO - TIPO:	31,48	2.52	34,00
	- 21,30	1,70	25,00
Tord F-600, Chevrolet's Morcedes Carregade	26,85	2,3\$	29.05
	17,59	1,41	19.00
Ford T-SSu o Narcedes Carregedo ' Vazio ENIES ALFONDUEL JEEP E CANIONETA CARRICA LAMBETA E NATOCICITA	20,37	1,63	22,03
	16,67	1,33	18,00
	20,37	1,63	22,00
	14,61	1,19	16,00
	6,48	0,52	7,60
	2,78	0,22	3,00
FIGURETA ANUMAIS Equinos e bovinos (p/cabeça) Outros (p/cabeça) TEDESTRE	1,30 1,85 1,30 1,30	0.15 0.10 0.10	1,40 2.00 1,00 1,40

OBSERVAÇÃO: 1) Os caminhões quando rebocarem truques sofrerão es seguintes acrescinos em sous preços:

			Ta Cr\$
· DISCRIMINAÇÃO	PREÇO DO TRANSPURTE	QUOTA DE PREVIDENCIA	PRECO JOIAL
TRUQUE CARREGADO	13,70 -	0.30	4,00
TRUQUE Y.210	2,78	0.22	3,00

- 2) A presente tabela spirerá majoração de 30% (trinta por cento) no herario das 19:00 horas as 07:00 horas, nos domingos o fe riados, en qualquer herario;
- 13) Os passagolios dos volculos não pagam passagome

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SUPERINTENDÉRICIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO

PORTARIA N.º 621, DR 16 DE DEZEMBRO DE 1975

O Superintendente da Emperintan-deria Nacional de Abasecimento (SUNAI), no uso de suas atribuições

Designar Maria Cristina Balthar de Araujo, para exercer de Cacargos de Assistente da Divisio de Tatudos

e Pesquisas da Delegacia desta Su-perintendência im Brasilia, na viga decorrente da dispensa de Bestria Lúcia do Amaral Pfutsenrenter, atri-buindo-lhe a gratificação prevista na Ecsolução n.º 155, de 12 de novem-bro de 1964, do extinto Conselho Deliberativo desto Orgão e alternofes posteriores. — Rubem Nos Wilke,

MINISTÉRIO DO TRABALHO

CONSELHO REGIONAL DE ODUNTOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇÃO N.º 08

O Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal, no exercicio de sua competência legal e cumprindo deliberações da Assem-bicia Geral Extraordinária realizada no día 28 de novembro de 1973, re-solve:

Art. 1.º Fixar para as taxas previstas nas alineas a, b e c, do art. 12 da Lei n.º 4.324 de 14.4.64, regulamentada pelo Decreto n.º 63.704 do 3.6.71, us seguintes valores, cascados nos indices de referência regional, fixados pelo Ministério do Planciamento e Coordenação (királ, reajistores a cada ano, desprezendo so as frações correspondentes aos centamos;

a) Tara de inserição — 30%;
b) Anuidade — 70%;
c) Carteira — 20%.
Art. 2.º Pixar os valores dos sequintes emolumentos, baseados nos indices do reforência regional, fixados pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, reajustáveis a casa emolar para emoderno em Taraja casa de seo conversadoros em Taraja casa da ano, cosprezando-se as frações respondentes aos contavos: a) Requerimento por incrição as frações cor-

1%;
b) Deciaração — 2%;
c) Françaia — 16%;
d) Certificado de Especialidade —

30%;
e) Cartoirinha facultativa — 20%.
Art. 4.º Esta Resolução entrara em
vigor, após sua publicação na Inaprensa Oficial, revogada a Resolução
n.º 1-48, de 19.8.63 e demais disposições em contrário.
Brasilia, 18 de dezembre de 1975. —
José Roberts Armijo — CD, Presidenta.

donto. (N° 11,477-B - x2,12,78 - Ort 65,00)

70,00

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 238 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 1975

Tira amidades e taxas devidas nos Conselhos do Engenharia, Arquitetura e Agrono mio, pelos proficaionsis e pessoes furblicas.

O Conselho Federal de Esgenharia, Arquitetura Agronomia, no uso da atribuição que lhe confere a I.el n? 5,191, de 24 de de zembro do 1986:

ionalderando o que dispoe o priigo 27, leira∴ *p* e-

artigo 70 da Lei citada:

RESOLVII

Art. 19 As graidedes devides aos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agresonia, say az estabelectica na - tabela ababro:

TABELA I ANTIDADES

b. a									90,00
,-	o per	iscos ju	ridicas,	cowi cu	pitalt				
0	1, Å	tố Cr \$	50.0	00.00	. rite	iriti	Carrier of the Control of the Contro	Cr\$	110.07
	2,64	e ·Cr\$	50.0	01,00.2	-CH	-175,000	7.00	Cri	280,00
0	3. J	a Cr4	. ri 13 . d	1,00 a	Cr1	100,000	,00	. Cr	570,00
0	4, d	o. Cr\$	" 100.00	01,00 a	Cr\$	300.000	,00	. Cr	860,00
. 0	5. d	o Cr\$	800.00	01,00 a	Cr\$. B00.000	.00	. Cr\$	1.150,00
0	s. a	o Cr\$	500.00	1,00 a	.Cr\$	1.000.000	,00	. Cr\$	1,430,00
Đ	7, d	o Cr\$	1.000.00	01,00 a	Cra	2.000;000	,00,	Cr\$	2.130,00
. 0	a, a	eima de	Cr\$ 2.0	000.000	00			Cr\$	2.850,00

de cada ano.

5 19 O pagamento da anuldade; fora do prazo estabelecido, terá o pereseimo de 10% (des por cento), a tíbulo de mora.

\$ 29. O profissional pagara amidado na Região code esteja registrado ou naquela cando reside.

· 5 3? A pessoa junidica e obrigada no pagamento de amiliade a cada Couselho Regional em cuja jurisdição estivor exercendo ... au a s . atividades em caráter permanente.

5 4? A stividado permanente de pessoa juntates, . . . Iora de ma node, caracteriza-se pela prestação do serviços ou de execução de chras, per període superior a cento e cilenta (180) dias,

\$ 59 A agoncia, filial ou sucursel de pessóa juridica, pagara ma amidade no Conzelho Regional con que se encontre registrada, da seguinto forma:

- a. valor das Anckações do Responsabilidado Tocarea. ART, elebradas no exercício auterior, levado à Tabela I;
 - b. no primeiro mo de exercício e nos mos subsequentes aos em que não haja requerido nenhuma Andragão do Responsabilidade Techica - AllT, será cobrada a anuldade de Cr\$ 140,00.

\$ 87 No caso do exercício do stividade temporária em outra Região, fora de sua sede, sera cobrada da pessoa jurídica. Somento a jaza Wisto em registro".

\$ 77 O consérolo de firmas nacionale devidamente registrato em Conselho Regional, mas cujo contrato consercial não exicja arqui-Pado na repartição competente, fien famio de pagamento de amidade, desde que as firmas concordiadas comprovena estar quites com ai suas acuidades.

Art. 35 As incas devidas nos Consulhos Regionalis de Espeniaria, Arquiciura e Agrepaonis, cão as estabelecidas nas tabelas - e c rointes:

TABELA II

I - CARTEIRAS E CARTÕES carteiras profissionale com cartoes termoplasticos Cr\$

	carteiras profissionais ou cartões termoplásticos		
	II - REGISTROS		
٤.	de profissionals de qualquer modalidado	¥Cr\$	50,00
b.	de firma individuals	Cr\$	150,00

de firmas coletivas, sociodades ou equivalentes Crá 300.63 d. de procurações Cr\$ 50.00 de autoria de planos ou projetos 29.00 Cr\$ f. provisórios 50.00 Cve temporários 100,00

III - VISTOR

		-			-	•				
n.	cm	carteirs	profission	ı					Çr\$	50,00
ъ.	· em	registre	de firmas	e ir ubivibai	*****	,,,,,,,,	•	• :	Cr‡	. 150,03
-¢.	Carl	registro	de Ørmas	colctivas .	::,,				Cy\$	300,00

TADITA . III made to the control of ANOTACOES

		Carried Comments	-			/ .	•		_
a.	- 10	alleração d	e name de pe	son fiel	ca			:r\$	50,00
			em-registro d					r\$	130,00
e.	de	anotações d	le contrato, c	nsidera	io sempro o	valor do	Bor		•
			observados ò					•	T · · -
			o disposto no			-			1 ,
-1	81.	até Crs	30.000.0	,			até C	:r\$	30,G0
١.	62.	4e Cr4	30.001.0	a Cr\$	100.000,00	*****	atú C	r\$	190,00
i	03.	de Cr‡	100.001,0	à Cr\$	500.000,00	******	até Ç	2\$	320,63
	04.	do Cr\$	500.001,0	2 Cr\$.000,000,00		até C	r\$	450,00
i i	05.	do Cr\$.	1.000,001,00	a Cr\$	3,000,000,00	******	ató C	r\$	650,00;
[]	00.	aeima de	Cr\$ 5.000,00	,00			até C	r\$	1.360.60

II - DIVERSOS

a,	Certidões	******************		50,00
b.	Traslados por folha			60,00
c.	Smodiente		Cr3.	10.00

3 17 Quando se tratar do confrato do prestação de servicos ou claboração de cálculo ou projetos, o valor da taxa de anotação será cobrado em função dos honorários previstos mas tebelas confeccionadas pelas Entidades de Classo e devidamente registradas nos CREAs.

\$ 29 Serão consideradas milas as enotações quendo se vo rilicar a inexalidad dos elementos fornecidos ao CREA e que serviram de base a cobrança de taxas previstas neste artigo.

\$ 32 É vodada sos Conselhos Regionais de Engenharia; Arquitelura e Agronomia a crisção do quaisquer outros ôma ou a alteração des denominações e valores constantes desta Resolução.

5 49 As taxas devidas no Conselhs Pederal ado as constantes do Rem II - Diversos da Tabela III.

Art. 4? O Conselho Federal proceders, amalmente, . 2 alualização dos valores constantes da presente Resolução.

Art. 3: Esta Resolução cutra em vigor em 19 de jundro do próximo exercício.

Art. 69 Revogam-so a Ressieção nº 231, do 31 de julio de 1975 a disposições em contrácio.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1975.

Eng. Agron, Prof. Fundo Alia Gal Promidente Eng. Agron. Paulo Bolelho 19 Secretária

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 1.033, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1975

Aprova a Suplementação Orçamentária do exercicio de 1975 — Co. R. Econ. 5º Região — BA.

O Conselho Federal de Economía, no uso das atribuições legais o regulamentares conferidas pela Lei número 1.411, de 13 de agosto de 1951, Lei número 6.021, de 3 de janeiro de 1974, Decreto número 31.794, de 17 de novembro de 1952, o tendo em vista o que consta do processo número Co. F. Econ. 1.543-75, resolve: aprovar a Suplementação Orçamentária quadro em anexo.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 1975. - Jamil Zantut, Presidente.

CONSELHO REGIONAL DE ECCTORTA - 5º REGIÃO Reformulação Orçamentária pera o Exercício de 1975

RECEITA	PARCIAL	TOTAL	DESPESAS	PARCIAL	Subtotal	TOTAL
I-Receitas Correntes		-	3-Despesas Correntos	<u> </u>		(
II-Receitas Tributária.	'	1 1	31-Deapers de Custeio			
ZII-Taxas	i	66,000,00	311-Pesson1	2.900,00	l	
12-Receita Patrimonial	1		312-Material de Consumo	9.000,00		-
124-Outras Rec. Patrimonial	1	1.500,00	313-Cervijos do Tercoiros	64.100,00	-	(
15-Receitas Diversas	1	1 1	314-Encargos Diversos	12.500.00	87.800,00	
151-Hultos	1.400,00	1	32-Transferência Correntes			
153-Indenizações o Restituições	350,00		323-Diverses Trans.Correntes		22.200.00	120.050,00
154-Outras Rec. Diversas	8.450.00	10.200,00	4-Despensa de Capital		ì	
2 -Receita de Capital		₹" -	41-Investimentos	1		
244-Auxilios Diversos	1	10.000,00	413-Material Formanente	1	7.000,00	1
Duper. do Exer. Corrente	i	⁻ , 39.000,00	42-Inversões Financeiras	1		
•) · ·	421-Aquisição de Isóveis	1	20.000.00	27.600,60
TOTAL		147.000.00	TOTAL			147.000,00

RESUNO

Especificação	Recetts	Paraeane		
Receitam e Despessa Corrent. Receitam e Despessa de Capa	137.000,00	120.000,00 27.000,00		
TOTAL	147.000,00	147.000,00		

ÍRIOS DE DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO

Instrução Normativa da SRF nº 033, de 17 de setembro de 1974

MODELO - CIEF - 01.001 - 5 vias

MODELO - CIEF - 04.002 - 5 vias

MODELO - CIEF - 04.003 - 5 vias

MODELO - CIEF - 04.004 - 5 vias

FORMULÁRIO DE DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR

MODELO - CIEP - 04.005 - 5 vias

Preço: Cr\$ 0.30 a folha

A VENDA

Na Cidade do Rio de Janeiro

Posto de Venda - Sede: Avenida Rodrigues Alves. I Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Em Brasilia

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

Relação n.º 117 de 1975

PORTARIAS DE 19 DE DEZEMBRO D E1973

O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado usando das atribuições que lhe confere o artigo 17 do Decreto-iei nº 2.865, de 12 de dezembro de 1940. resolve:

Nº 1.501 — Art. 1º -- Designar, nos termos do artigo 72, da Lei nu-mero 1.711, de 28 de outubro de 1952, mero 1.711, de 28 de outubro de 1952, Orlando Marques, matricula numero 1.054.575, ponto nº 7.241, Agente Administrativo, Classe "C", Codigo ... SA-801.4, para substituir, nos impedimentos eventuais, por motivo de terias, a titular da Função Gratificada, simbolo 4-F, de Chefe da Seção Administrativa (PAA), do Gabinete da Presidência (PA), do Quadro de Pessoal do IPASE.

Art. 2º Dispensar Moema Carvalho Di Calafiori, Agente Administrativo, Classe "E", Código SA-801.6, matri-cula nº 1.382.465, ponto nº 6.777.

Nº 1.502 — Conceder rescisão de contrato de trabalho, de acordo com o artigo 29, da Instrução nº 14-71, a partir de 1º de actembro de 1975, a Celi Maria Cunha do Carmo Lannes, ponto nº 71.718, do emprego de Auxiliar de Administração, da Tachla Regional de Pessoal Temporário do IPASE, lotada na Agência do IPASE emb Niteró! — RJN (Processo número 58.556-75).

Nº 1.503 — Conceder rescisão de contrato de trabalho, de acordo com o artigo 29 da Instrução nº 14-74, n partir de 14 de novembro de 1975, a Lucila Concalves da Silva, ponto numero 21.750, do emprego de Técnico de Contabilidade, da Tabela Revional de Pessoal Temporário do IPASE, lotada na Superintendêncta Local no Estado de Mato Grosso — SMT (Processo nº 7.415-75).

cesso nº 7.415-751.

Nº 1.504 — Conceder exoncração, de acordo com o artigo 73, item I, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, a partir de 17 de novembro de 1952, a Ans Ramos de Proença matricula nº 1.639.284, ponto nº 1.503, do cargo de Agente Administrativo. Classe "E" Código SA-801.6. do Quadro Prumanente do IPASE (Processo número 7.708-73).

Nº 1.513 — Dispensar, em virtude de haver sido designada para exercer outra função, Moêmia Cabral Nóbrega, Agente Administrativo, Classe D' Código SA-801.5, matricula número 2.124.688, ponto nº 6.781, da Função Gratificada, simbolo 10 F, da Agente de Treinamento, do Serviço de Pessoal da Superintendência do Estado do Rio da Janeiro (SRJ), do Quadro de Pessoal do IPASE (Processo número ... 7.756-75).

7.750-75).

N.º 1.514 — Conceder dispensa a Rosalia Ribeiro Otero, Agente Administrativo, Classe "D", Código SA-801.5, matricula n.º 1.47.685, ponto n.º 7.770, da Função Gratificada simbolo 3-F, de Chefe da Stção de Movimentação (PCM) da Divisão de Cadastro e Classificação de Cargos e Empregos (DPC), do Departamento de Pessoal (DP), do Quadro Permanente do IPASE (Processo nº 61.255 de 1975).

N.º 1.515 — Conceder dispinsa, a partir de 29 de outubro de 1975, a Amélia Gonçaives dos Santos, Técnico de Contabilidade, Claisse "A", Codigo NM-1042.5, matricula número digo NM-1042.5, matricula número Contable de Registro de Registro Analitico (MRG), da Contadoria Regional (MGU), da Superintendência Local no Estado de Minas Gerals (SMG),

MINISTERIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

N.º 1.516 — Conceder rescisão de contrato de trabalho, a Darcy do Souza Medina, ponto n.º 20.057, do emprego de Médico, da Tabela Regional de Pesseal Temporário do ... IPASE, a partir de 8 de setembro de 1975, em virtude de opção manifestada para desfazimento de acumulação irregular com boa-fé (Processo n.º 51.004-75).

N.º 1.517 — Rescindir, a pedido, nos termos do artigo 29, da Instrução n.º 14, de 22 de fevereiro de 1974, publicada no B.I. n.º 46-Anexo, de 3 de março de 1974, a partir de 12 de dezembro de 1975, o contrato de trabalho de Minervina da Cruz Lopes, matricula n.º 2.285.407, ponto número 8.350, da Tabela de Pessoal Temporário, na atribuição de Copa e Cozinha, do Hospital dos Servidores do Estado (Processo n.º 8.240-73 — HSE n.º 14.287-75).

N.º 1.518 — Conceder rescisão de contrato de trabalho, a Maria de Lourdes Sousa, ponto n.º 21,556, do emprego de Auxiliar de Administração, da Tabela Regional de Pessoui Temporário do IPASE, a partir de 10 de novembro de 1973, em virtudo de opção manifestada para desfazimento de acumulação irregular com boa-fé (Processo n.º 7.416-75 e apenso).

N.º 1.519 — Conceder exoneração, de acordo com o artigo 75, item I. da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Helio Ribeiro Santos, matricula n.º n.º 1.056.042, ponto número 3.728, do cargo de Médico, TC-801.21-A, do Quadro de Pessoal do IPASE. (Processo n.º 3.203-75).

O Presidente do Instituto de Pre-vidência e Assistência dos Servidores do Estado, usando das atribuições que lhe confere o artigo 17 do De-creto-lei n.º 2.865, de 12 de dezem-bro de 1910, considerando o disposto no Decreto n.º 70.178, de 21 de fe-vereiro de 1972, e de acordo com as Portarias números P-Br 126-73 e 84-75, resolve:

84-75, resolve:

N.* 1.505 — Homologar a Ordem de Servico HSU n.* 269, de 1 de dezembro de 1975, que contratou, em caráter experimental, pelo prazo de 90 (noventa) días, nos termos do artigo 445 e seu parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Rosa Maria de Almeida Paulino, para emprego de Datliógrafo, constante da Tabela Analítica Provisória do Pessoal Temporário e Especialista Temporário do Hospital Presidente Médici (HSU), em vaga decorrente da rescisão do contrato de trabalho de Izaura Violato (Processo n.* 7.792-75 — HSU n.* 4.051-75).

N.* 1.506 — Homologar a Ordem

n.º 7.792-75 — HSU n.º 4.051-73),

N.º 1.503 — Homologar a Ordem de Serviço HSU n.º 273, de 3 de dezembro de 1075, que contratou, em caráter experimental, polo prazo 63 90 (noventa) días, nos termos do artigo 443 e seu parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Ivete Caetano Silva, para emprego de Copeiro, constante da Tabela Analítica Provisória do Pessoal Temporário e Especialista Temporário do Hospital Presidente Médici (HSU), em vaga Jecorrente da reacisio do Contrato de Trabalho de Ercilio José Guimarães (Processo n.º 7,029-73 — HSU n.º 5.290-75).

do Quadro Permanente do IPASE (Processo n.º 7.886-773).

N.º 1.518 — Conceder rescisão de contrato de trabalho, a Darcy do Souza Medina, ponto n.º 20.057, do remprego de Médico, da Tabela Regional de Pescoal Temporário do collegional de Pescoal Temporário do collegional de Pescoal Temporário do collegional de Pescoal Temporário de Hospital Presidente Médici (HSU), aprovada pela Instruccia n.º 25, de 1975, em virtudo de opção manifestada para desfazimento de acumulação irregular com boa-fé (Processo 188U n.º 4.793-75).

HSU n.º 4.793-75).

N.º 1.508 — Homologar a Ordem de Servico HSU n.º 276, do 5 de dezembro de 1975, quo rescindiu, de acordo com o artigo 29 da Instrução n.º 14-74. a partir de 7 de novembro de 1975. o Contrato de Trabalho de Maria Hilma Miranda, Assistente de Administração, ponto n.º 20.472, da Tabela Analitica Proviéria de Empregos do Pesosal Temporário e Especialista Temporário do Hospital Presidente Médici (HSU), aprovada pela Instrução n.º 25, do 16 de abril de 1974, publicada no Bi n.º 80-74 — (Processo n.º 7.926-75 — HSU número 4.708-75).

mero 4.708-75).

N.º 1.509 — Homologar a Ordem de Servico HSU n.º 277, de 5 de dezembro de 1975, que rescindiu, a pedido, de acordo com o vrtigo 29 da Instrução n.º 14-74, a partir de 19 de novembro de 1975, o Contrato de Trabalho de Maria Divina Rezende Fernandes, Auxiliar lo Enfermagem, ponto n.º 20.398, da Tabeia Analitica Provisória de Empregos do Pessoal Temporário e Especialista Temporário do Hospital Presidenta Médici (HSU), aprovada pela Instrução número 23, de 18 de abril de 1974, miblicada no BI n.º 20-74 (Processo número 7.025-75 — HSU n.º 5.523-75).

N.º 1.510 — Homologar a Ordem

mero 7.925-75 — HSU n.º 5.523-75).

N.º 1.510 — Homologar a Ordem de Serviço HSU n.º 278, de 5 de dezembro de 1975, que rescindiu, a pedido, de acordo com o artigo 29 da Instrução n.º 14-74, a partir de 19 de novembro de 1975, o Contrato de Trabalho de Kamel Wazir, Ancsteaista e Gasoterapista, ponto n.º 20.887, da Tabela Analitica Provisória de Empregos do Pessoa! Temporário e Especialista Temporário o Especialista Temporário de Orden de Médici (HSU), aprovada pela Instrução n.º 25, de 16 de abril d e1974.

M.º 1.511 — Homologar a Ordem de Serviço HSU n.º 279, de 5 de de-Walter Borges Graciosa.

zembro de 1975, que rescindiu, a pedido, de acordo com o artigo 29. da. Instrução n.º 14-74, a partir de 1.º de outubro de 1975, o Contrato de Trabalho de Alirio Sousa Lima, Operador de Caldeira, ponto n.º 20.805, da Tabela Analitica Provisória de Empregos de Pessoal Temporário e Especialista Temporário do Hospital Presidente Médici (HSU), aprovada pela Instrução n.º 23, de 16 de abril de 1974, publicada no BI n.º 80-74 (Processo n.º 7.923-75 — HSU número 4.711-73).

O Presidente do Instituto de Pre-vidência e Assistência dos Servidores do Estado, usando das atribulções que lhe confere o artigo 17 do De-creto-lei n.º 2.865, de 12 de dezem-bro de 1940, e considerando o dispos-to no § 2.º, do artigo 2.º, do Decreto n.º 70.755, de 23 de junho de 1972, resolve:

N.º 1.512 — Designar Noêmia Ca-brbal Nóbrega, Agente Administra-tivo, Clases "D", Código SA-801.5, matricula n.º 2.124.688, ponto nú-mero 6.781, para exercer a Função Gratificada, aimbolo 4-F, de Chefe da Seção Local de Registros Analí-ticos (CLO), da Superintendência do Estado do Rio de Janeiro (SRJ), do Quadro de Pessoal do IPASE (Pra-cesso n.º 7.756-75).

O Presidente do Instituto de Pre-vidência e Assistência dos Servidores do Estado, usando das atribuições que lhe confere o artigo 17 do De-creto-lei n.º 2.865, de 12 de dezem-bro de 1940, e considerando o que consta do Processo n.º 1.885-73 o aponsos, resolve:

N.º 1.520 — Declarar anulada a Portaria n.º 2.008, de 27 de setembro de 1968, publicada no Didrio Oficial de 4 de outubro de 1968 e BI n.º 196, de 1968, que aposentou, de acordo com o artigo 177, parágrafo 1.º, da Constituição Federal e nos termos da Lei n.º 3.906, de 19 de junho de 1961, Zacharias Pithon Barreto, matricula n.º 1.239.863, ponto n.º 8.593, Médico, TC-801.22-B, de Quadro de Pessoal do IPASE.

TERMOS DE CONTRATO

TERMOS DE CONTRATO

MINISTERIO

DOS

TRANSPORTES

DEPARTAMENTO NACIONAL
DE ESTRADAS DE RODAGEM

Procuradoria Geral

EXTRATO DE INSTRUMENTO
CONTRATUAL

(Artigo 54 do Decreto n.º 73.140-74)
Instrumento — Convênio Especial
PG-26-75 de antecipação de Recursos
para aplicação única e exclusiva na execução do serviços e de obras Rodoviálias que possibilitem a trafegabilidade no acesso à Ease Aérea de Anápolis, numa extensão aproximada de 3.5 km serviços esses que se destinam a possibilitar a trafegabilidade no Acesso à Base Aérea de Anápolis, numa extensão aproximada de 3.5 km serviços esses que se destinam a possibilitar a trafegabilidade no Acesso à Base Aérea de Anápolis, no Estado de Goiás.

Fiscalização — O DNER, por intermédio do 12.º Distrito Rodoviário Fedéral, assistirá ao COMGAR em tudo quanto for necessário para a jiel observância deste Convênio, não lhe cabendo, entretanto, qualquer responsabilidade nas adjudicações de servicos a terceiros.

Partes — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Comando da Base Aérea de Anápolis, niguelândia - Porangatu, subtrecho compreendido entre o Entroncamento BR-414/BR-153 Entroncamento BR-414 Acesso à Base Aérea de Anápolis, numa extensão aproximada de 3.5 km serviços esses que se destinam a possibilitar a trafegabilidade no Acesso à Base Aérea de Anápolis, numa extensão aproximada de 3.5 km serviços esses que se destinam a possibilitar a trafegabilidade no Acesso à Base Aérea de Anápolis, numa extensão aproximada de 3.5 km serviços esses que se destinam a possibilitar a trafegabilidade no Acesso à Base Aérea de Anápolis, numa extensão aproximada de 3.5 km serviços esses que se destinam a possibilitar a trafegabilidade no Acesso à Base Aérea de Anápolis, numa extensão aproximada de 3.5 km serviços esses que se destinam a possibilitar a trafegabilidade no Acesso à Base Aérea de Anápolis, numa extensão aproximada de 3.5 km serviços esses que se destinam a possibilitar a trafegabilidade no Acesso à Base Aérea de Anápolis, numa extensão a proximada de 3.5 km serviços

seires), correrá à conta das disponibilidades financeitas consignáveis no
Organento do DNER-75 em favor da
ligação Rodovária à Base Aérea de
Anápolis, e a liberação dos mesmas,
para custelo dos trabalhos, dar-se-á
andar do Edificio Casa de São Paulo,
simplesmente moratoria, equivalento vel em profeitas condições do ser haorganização Rodovária à Base Aérea de
legitima proprietária das salas núlegitima proprietária das Anápolis, e a liberação dos mesmos, para custelo dos trabalhos, dar-se-a cor en de aditamento parceiado e a critéro do Senhor Diretor-Geral do DNER, de preferência em duas eta-pas iguais de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruseiros, cada uma, sendo a primeira no início deste exercício e a última por ocasião da Entrega e Recebimento dos serviços: Para o presente exercício foi efetuado o empenho de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), na verba 4,1.1.7.02.00 00.1.714.00.63.SRN/75 obras diversas; conforme NE-087.742-9, emitida pela Sv.Cor. — DP., em 4-12-75.

Vigência — Este Convênio Especial de Antecipação de Recursos, vigorará depois da data de sun aprovação pelo Conselho Administrativo do DNER e da publicação de seu extrato no Distrio Oficial da União, até a data da conclusão dos serviços, se não for antes denunciado por qualquer das partes signatárias. O COMGAR obriga-se a comunicar so DNER antes de quaisquer despessas, a aprovação do presente Convênio pelo seu órgão ou autoridade diretamente superior.

Fundamento do Instrumento — Este Convânio Especial de Antecipação de

Fundamento do Instrumento — Este Convênio Especial de Antecipação de Recursos encontra amparo legal no disposto do artigo 2.º, parágrafo único, do Decreto-lei número 512, de 21 de março de 1969. Sua lavratura decorre dos motivos constantes do processo administrativo protocollasdo no DNER, sob o número 54.450-74 e da autorização do Benhor substituto do Diretor-Geral, de 12 de fevereiro de 1975, às fis. 15, com fulcro no item XIII — artigo 61 do Regimento Interno do DNER, aprovado pela Portaria número 38, de 13 de janeiro de 1975, do Exmo. Senhor Ministro de Estado dos Transportes, publicado no Distrio Oficial de 24-1-75.

Atesto a veracidade destes dados Fundamento do Instrumento - Este

Atesto a verneidade destes dados para publicação.
Rio de Janeiro, 16 de dezembro de reia. Chefe da 2.º Subprocuradoria — 1975. — Luiz Augusto Ferreira Correia — Chefe da 2.º Subprocuradoria.

D N E R

D.N.E.R.
(Officio 388 — M.AER. — CGA)

MINISTÉRIO · DA 'AGRICULTURA

CACAUEIRA CACAUEIRA

Contralo de Locação que entre st fa-

celo Pública Federal.

Pelo presente instrumento, a Confederação Nacional da Agricultura, entidade sindical de grau superior, com sede na Capital Federal. no Setor Bancário Norte, Editicio Paládio da Agricultura, inscrita no C.G.C. sob o nº 33.582.750/001, neste atc represenada por seu Presidente, Sr. Plávio da Costa Britto, deravante simplesmente denominada Locadora 2 a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaucira — CEPLAC — Orgão autônomo da Administração Pública Federal, no Setor Bancário Sul. Edificio Cara de São Paulo, 8º andar, inscrita no C. G. C. — MF sob o nº 33004300,00, neste ato representada por seu Secretário-Geral, Sr. José Haroldo Castro Vicira; doravanto simplesmente denominada Locatária, tem justo e contratado, nos termos das seguintes clâusulas, que mutuamente, outorgam, aceitam e se

mente, a saber:

Cléusula Primeira — A Locadora é legitima proprietária das salas números 601, 602, 603, 608 e 803 do 6º andar do Edificio Casa de São Irado, conforme se infere das excritu as de compra e venda, passadas no Cartúrio do 1º Oficio de Notas, hisuricio flemos, nesta Capital respectivamente, nos livros números 3 U, número 18.749, 4 U nº 13.674, 3 AS múmero 36.632, 3 AJ nº 28.865, 3 AO número 34.400 e às folhas 213, 23, 30, 33 e 242, e, como tal, loca as referidas unidados à Locatária.

Cléusulo Segundo — O primo de locatica de la compansa de locatária.

Cidusula Segunda — O pravo de k-cação é de 2 anos, a começar de 17 de desembro de 1975 e a terminar a 30 de novembro de 1977, prorrogavel por períodos sucessivos de 12 (dore, pur persons sucessivos de 12 (1776; meses, salvo se uma das portes con-rintantes notificar a outra, con pelo menos 90 (noventa) dias de inteca-dência de que deseja dar por finda a locação.

Cidusula Terceira — O aluguel do imóvel objeto do presente contrato de locação será de Cr3 25.450,60 (vinte e cinco mil, quatrocintos e cinquenta cruzeiros) mensais, não reajustáveis. O pagamento de aluguéis processarse-a mediante depósitos em conta bancária, indicada pela Locadora, da seguinte forma:

a) até 31.12.75 — o mês de de-zembro de 1975;

b) em 31.1.1976 — os n janeiro a dezembro de 1976;

e) em 31.1.1977 — os meses de ja-neiro a novembro de 1977.

Cliusula Quarta — As despesas de consumo de água e luz, bem como Cliusula Nona — Responderá a Lo-as suas majorações, ocorridas na vigência deste contrato, inclusive condominio e imposto produit e territo-iorça-maior, vicio de construção ou

Cidusula Quinta — A parto que in-iringir qualquer das clausulas do pre-sem e contrato ficará sujeita a pena simplesmente moratória, equivalento 1 três vezea o valor do aluquel vi-gente ao tempo do inadimplemento e, ve for a Locatária, ficará a mesma sujeita ainda a despejo indicial, à sua custa e ao pagamento das rendas e fanos a que der causa.

Cláusula Seria — Sem privia au-lorização da Locadora, por escrito, não poderão ser introduzidas quals-quer modificações na estrutura do imóvel ainda que necessárias. Uma vez realizada ficará definitivamento incorporada ao imóvel independente-mente de indepiareño a sem envidamente de indenização e sem envis-mento à retenção de coisa locada to-das as benfeitorias, sejam volunta-ria, titeis ou nacesadrias, as quair poderão ser retiradas, a mán ser que a remoção deixe quaisquer vestigios na estrutura ou no corpo do imóvel.

Clauria Sétima — A ocorrência de desastres desencadeados por forças da natureza ou sobre-humanas, tars como faiscas elétricas, inundações, desahamentos, abalos sismicos ete cu acimetes naturais motivados por termites naturais motivados por desamentos desamentos de la companiente del companiente de la companiente de la companiente de la companiente de l ceiros, não nearretarão a responsabili-dade solidária la Locadora pelos eten-tos materiais ou pessoais acaso sur-gidos, com relação aos pertences, aos haveres e à aegurança pessoal dos ocupantes.

Cidurala Oliara — A Localdria não poderá sublocar, total ou parcialmente o imóvel, nem transferir ou reder o presente contrato, sem prévio e.f.x-pxxxxx consentimento da Locadora.

Cidusala Dicima — Uma vez findo cu recindido o presente contrato, a Locatária se coriga a devolver o imó vel em prefeitas condições do ser ha-bitado.

Cidusula Décimu-Prim. rr -- As partes contratantes obligim-se por si, seus herdeiros e succesores "ao fiel cumprimento deste instrumeno.

Cidusula Décima-Segunda — As partes contratantes elegem o foro de Brazilin. Distrito Federal, para dirimir todas e quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem justos e neordados, firmam o presente intrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença dus testemunhas abalho.

Brasilia, 1 de decretaro de 1978. — Fátio da Costa Brito, Presidente da CNA — José Haroldo Casin, Vieira, Secretário-Geral da CEPLAC

Contrato de Sublocação que entre si fuzem, de um lado, a Contederação Nacional da Agricultura, Entitada Sindical de Grau Superior, e do outro, Comissão Executira do Plano da Laroura Cacqueira — CEPLAC — Orgão da Administração Pública Federal.

Peleral.

Pelo presente instrumento, a Confederação Nacional da Agricultura, entidado sindical de grau supeiror, com sede na Capital Federal. No Setor Baneário Norte, Editicio "Palácio da Agricultura", inscrita no C.G.C.— MF. sob nº 33382750.001, neste ato mesentada por seu Presidente, Sr. Flávio da Costa Britto, doravante simplesmente denominada Sublocadora e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira — CEPLAC, órgão autônomo da Administração Pública Federal, no Setor Bancário Sul. Edifício Casa de São Pindo, 8º andar, inscrita no C.G.C. — MF. sob número 33004300/00, neste ato representada nor seu Secretário-Geral. Senhor José Haroldo Castro Vieira, doravante simplesmente denominada Sublecatiria, tem justo e contritado, nos termos das seguintes cláusulas e confederal que mutuamente, outorgam, aceitam e so comprometem a cumprir interralmente, a saber: integralmente, a saber:

Cidusula Primetra — A Sublocadora, sendo legitima locadora das salas 604, 605 e 607, como tal, subloca os refe-ridas unidades à Sublocataria.

ridas unidades a Sublocataria.

Cidusula Segunda — O prazo de sublocação é de 1 (um) ano, a começar de 1º de dezembro de 1975 e a terminar a 30 de novembro de 1976, profrogável por períodos sucessivos de 12 (doze) meses, calvo se unia das partes contratantes notificar a outra, com pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência de que dese), dar por finda a sublocação.

Cidusula Terceira — O aluguel do imóvel objeto do presente contrato de sublocação será de Cr\$ 9.550.00 (nove mil, quinhentos e cinqüenta e cinco cruzeiros) mensals, reajustáveis de acordo com os indices estabelecidos pelo Poder Executivo. O pagamento dos aluguéis processar-se-à mediante depósito em conta hancária, indicada pela Sublocadora, da seguinte forma:

a) até 31.12.73 — o mês de dezem-bro de 1975;

b) em 31.1.76 — os meses de ja-neiro a novembro de 1971.

Cliusula Quarta — As despesas de consumo de água e lua, bem como as suas majorações, ocorridas na vigência deste contrato, inclusive condominio e imposto predial e territorial, correrão por conta da Sublocatária.

Cidusula Quinta — A parte que in-fringir das cláusulas do presente con-trato ficará à pena simplemente mo-

COLEÇÃO DAS LEIS

VOLUME V

- ATOS DO PODER LEGISLATIVO ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

> Leis de julho a scrembro Divulgação nº 1.262 PREÇO: Cr\$ 20.00

> > VOLUME VI

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Decretos de julho a setembro Divulgação nº 1.260 PREÇO: Cr\$ 80,00

A VINDA

Na Cidade do Rio de Janeiro

Posto de Venda - Sede: Av. Rodrigues Alves, 1 Posto de Venda I: Ministério da Fazenda Posto de Venda II: Palácio da Justiça, 3º pavimento -Corredor D - Sala 311

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal Em Brasilia

ratória equivalente a trás rezes o vafor do aluguel vigente so tempo do inadimplemento e se for a Sublocatária, ficará a mesma sujeria ainda a despejo judicial, à sua custa o ao pagamento dos perdas e danos a que der causa.

Cláusula Sexta — Sem prévis au-torização da Sublucaciera, por estrito não poderão etr introdusidas quais-cuer modificações na estrutura do não poderão est introdusidas qua squer modificações na extrutata çoimóvel, sinda que necestórias. Uma
vez realizada ficará definitivamento
incorporada no imóvel in-lependentomente de indunização e rem ensejamento à retenção de colta aublocada
todes as benfeitorias, esiam voluntárias, fiteis ou nacestárias, às quale
poderão ser retifas, a não se me
a remoção deixe qualzouer vertigios
na estrutura ou no corpo do imóvel.

na estruma ou no corpo do movel.

Cidusula Sédina. — A coorrência de decastres desencades en por forças de naturem ou cohe humans, tals como faiscas elétricas inuntações, deschamentos, abales cirricor etc... ou acidentes naturais movirados por terceiros, não acametario e responsabilidades acididades da Sublocadora pelos eventos materiais ou porsoas reaso aurgidos, com viação aos pertentes, aos haveres e à asgurança presoas, cos coupartos.

Cidentia Ottana — A Subtraidria não poderá subrear, total ou pareint-mento o imôvel, nam transfedir ou ceder o paraente contrata.

Clausvia Nona - Resonder sublocatária pelo incêntira latrado no imóvel, se não prora: case fectuiro ou força-maior, vicia de construção ou proparação de fago originado em outro prodio.

Cláusula Décima - Uma rea findo ou rescindido o presente contrato, a Sublocatária as obtiga a devolver o imóvel em perfeitas condições de ser habitado.

Cláusula Dicima-Primetra paries contratantes obrigames por al, seus herdeiros e sucesores, ao fiel cumprimento deste instrumetno.

Cidusula Décima-Segunda — As partes contratantes elegan o foro de Brasilia, Distrito Frairal, para dirimir todas e quaisquer d'àvidas oriundas do presente contrato.

E, por terem judios e soordi mam o presento instrumento en 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença diu kulumuniasa abaim,

Brasilia, 1 de desembro de 1975. — Fidrio de Costa Brila, Presidente da CNA — José Harvita Castro Vinta, Secretário-Ceral da CEPLAC (NY 11.480-11 — 23.12.75 — Cr\$ 410,00;

MINISTERIO DA SAODE

INSTITUTO MACIONAL DE ALIMENTAÇÃO **E NUTRICÃO**

Termo Addino do Convênto firmade em. 12 de agosto de 1975, entre o Instituto Nacional de Almentação e Rutrição — INAN e a Facultate de Saude Fúnica da Universidade de São Isulo, risendo e crecução de um Programs na área da Alimen-teção e Netrição.

Pública da Universidado de São Pau-io, representada pelo seu Diretor. En-genheiro Walter Engracia de Oliveira com a participação do Departamento de Nutrição, desca mesma Faculdara, daçui em diante denominado, simplesmente, DN-FSP-USP, resolveram irimar o presente Termo Addityo, objetivando alteração cas clausules Quarta e Sexta:

Clausila Primera - A Ciausila Quarta pesse, a vigorar com a te-guinte recação: Clausula Quarta — Dotação — No exercicio de 1878, on giunte recação: Cláusula Quaria —
Dotação — No exercicio de 1373, on
recursos financeiros alocações pub
INAN à execução deste Canvênio correrão à conta do Frojolo n.º 1.008,
previsto no Orçamente Plurianual de
Investimentos, aprovado pela Lei
6.138, do 16 do dezembro de 1374, e
no respectivo Orçamente Plurianual de
Autarquia, aprovado pelo Ministro de
Estado da Saúda, no exercicio de 1976,
no montante de Cr\$ 209.275 09 (trozentos e nove mil duzentos e setenta
e cinco cruzeiros), e correrão à conta do Elemento 3.3.7.9, do Orçamia
to do INAN, publicado no Diário Oficial de 12 de marco de 1975, tendo
sido emitido Empenho n.º 250-75, em
12 de aposto de 1975, arrescido de ...
Cr\$ 38,000 00 (trinta a nito m'! cruiz de aposto de 1975, arresido de ...
Cr\$ 33,090 00 (trinta e olto m'i cruseiros), para atendimento do Contênio no exercício de 1975, devendo o
empenho ser emitido na forma da
Let.

Cláusula Seguida — A Cláusula Sexta passa a visorar com a seguinto redução: Cláusula Sexta — O prosento Convênio sigorar até 30 de junho de 1976, a contar da data de sua publicação na Imprensa Oficial.

Cideralis Terorirs — Pernaucam em vigor e alteradas as demais cisu-sulas e condições do Convento pri-mitiro, neste sto ratificada:..

E por estarem convencionadas, foi E por estarem convencionadas, for o presente lavrado em livro próprio na Procuradoria do INAN, ha foitas 31-v. e 93, delo se extraindo 6 (rete) cópias do igual tor, para sua publicação o execução, depois de extrevido polar partos, na presença das teclamunhas abaixo. — Bertoldo Ernse Grande de Arruda. — Walter Engracia de Olvera.

-- Of, 11.º 270, Emp. nº 403

MINISTÉRIO DO INTERIOR

SUPERINTENDENCIA DA REGIAO CENTRO-DESTE UO DESENVOLVIMENTO

Termo de retificação do Contrile celebrado em 28 de novembro de 1975,
e publica lo no Diário (vivial au
Unão, de 9 de desembro de 1915,
entre a Superintendenda do Disesunidomento da Região Centro-Ocate
— SULECO e a PROJED — Consultoria Educacional SC/L'da., para
a estrituração do Sistema de Eduerção do Cerritório Federal de Rondionia. (Contrato n.º 39-75).

Ans 12 (doze) dias do mês de de-sombre de ano de 1975, na Cidade de Brasilia, DF., do um ledo a Euperin-lendência do Desenvolvimento da Re-Brachia, DF., do um lede a Superin-lendència de Desenvolvimente da Re-gião Centro-Desie — SUFIECO, neve ato representada por seu Esperinten-dente, Eng.º Neban Jaire Ferreira Pa-ria e do outro lado a PROJED — Con-antioria Educadonal SC/IAGA, com sede em Porto Alegre, RS., e histria no CGC sob santro eraccialmenta neste ato reconsenter em Line-Aos 22 dias do más de desembro do sade em Porto Alegre, RS., e inscrita an de 1975 [mil navecantos e setembra de cimos), de um lado o instituto Nazional de Alimentação e Nutrição, lor-Presidento Mauro Coria Robrigue, doravante denominado INAN, Autarquia Preferal vinoulada ao Alimentado que, doravanto designadas respectivamente, SUDECO E INCOSTO, correda Baúdo, criada pela Lei nº 5.828, de de autor de 1972, anse ato publicado no Didrio Oficial da Unita representada gels son Presidente. De: Dereido Erme Grando de Arreda, a de outro inde, a Pacolidado de Sado

truturação e operacionalização do Sis-tema de Equeação do Territério Pajeral do Rondônia, têm justo e contratado o presente tormo de reli-ficação da Cláusula sétima, que passa a vigurar com a seguinte redação; Cidusula sétima — as despassa do presento Contrato corrurão à coma dos Recursos do POLAMAZONIA — AN, Projeto de Estraturação do Sis-tema de Educação — Cri 880,00,00 (Oltocentos e offenta mil cruzetros) no

tema de Eduração — Cr\$ 880,000,00 (oliocentos e offenta mil cruzeiros) no exercício de 1976 e Cr\$ 494.815.30 (quatrocentos o noventa e quatro mil, oliocentos e quinso cruzeiros e trinta cantavos) a reprogramar no mermo profeto, para o organento de 1976.

E. por estavem justas e contratadas, firmam as partes com 2 (duas) terdemunhas o comento lucturamento com

runham as partes com 2 (quar) terce-nunhas, o presente instrumento em 4 'quito) viss. — Eng.º Nelson Jamo Fêrreira Faria, Superintendente da SUDFICO, — Marro Costa Rodrigues, Direior-Presidente da PROJED.

(Of. n.º 458-75 — Empenho n.º 23, de 1975).

Termo de relificação du Contralo coichrado em 28 de novembro de 1975,
e publicado no Diário Oficial da
Unido, de 9 de desembro de 1975,
entre a Superinteniência do Desenvolvincanto da Regido Centro-Oeste
— EUDECO e a COMPLANO —
Consultoria de Planejamento e Organtzação para a Estrutura do Sistoma da Saúde do Território Federal de Rondônia, — (Contralo
n.º 47-78)

Aos 12 (doze) dias do mês de de-sembro do ano de 1975, na Cidade de Brasilia, Dif., de um lado a Saperin-tendência do Descrivolvimento da Releurièmia do Descrivolvimento da Re-zilo Centro-Oesto — SUPECO, n'una alo representada por seu Superinten-dente, Eng.º Nelson Jairo Perroira Fa-tia e de outro lado a COMPLANO — Consultoria de Planejamento e Orga-nização, rom sede nesta capital, e ins-crita no CGC sob número 00.308.468-0001, nesto ato representada por seu Diretor Humberto Leal Vicira, dom-vanto designaçãos proportios propries Diretor Humberto Leat Vicira, doravanie designados respectivamente, ...

8UDECO e COMPLANO, considerando as incorreções no original publicado no Diário Oficial da União de 9
de desembro de 1975, do Contrato que
unite si celebraram an data de 28 de
novembro de 1975, para a estruturacác e onorseionalização do Ristema de
Badde do Território Federal de Roadonia, iêm justo e contratado o meconte termo de retificação da Cláusula
actima, que passa a vigorer com a sequinte redação:

Culustia sétima — As despesas do
presente Contrato correção à conta-

Cuissula sétima — As 125 pesas de presente Contrato corrora à contra du Recursos de POLAMAZONIA — P.T., Projeto de Estruturação de Bistema de Basale — Cré 770.000,00 (ascendos e setenta mil cruzeiros) reexércicio de 1978 e Cré 575.264.80 (quinhentes e setenta o cinco mil, dusantes o ressenta o quatro cruzeiros e otenta centavas) a reprogramar, no tenta centavos) a reprogramar, no memo projeto, pura o orgamento se

E, por enterem justas e contratadas, firmam as partes com ? (duas) testemunhas, o presente instrumento em si (quatro) vias. — Eng.º Nelson Jrito Ferreira Faria. Sucerintendento da SUDECO. — Rumberto Leal Vicina, Diretor da COMPTANO.

(Of. n.º 458-75 — Emperino n.º 23, do 1975).

· COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Contrato la Locación de impart ettra Nativio ic Lougio de imperi sites de no Scior narcirio Norte — Pri-ficio Contral Brasilia — sala nº 906 firmado estre a Companhia de Desenvolvimento de Valo do São Francisco e o senhor Relmiro Arri-

Pele presente instrumento, de um

to do Vale do São Prancisco —
CUDEVASP — empresa pública oriada pela Lei n.º 6.086. de 18.7.74 COO
n.º 00399857-0001, sediada no Edificio
Cantral — SBN — Projeção 14. cesta
Capital, neste ate representada por
seu Presidene, Engenheiro Mão Pacanha Araújo de Siquelta, doravante
(asiminada simplesmente Localdris e
do outro o senhor Belmiro Arrivahena brasileiro, rasado, bancisto, restoe outro o sennor celmito attivate na, brasileiro, casado, bancisto, residente e domiciliado em Brasilia — DF., à 8QS. 303 — Bl. J — Api. 604, neste ato devidamento representado pelo Br. Simfo da Cunta. Ceristo-Geral da Imphilária Miras Geras Lida., procuradora com poderas com controles de administração decreas de acceptadora de accep gerais de administração doravante de-nominada simplesmente Locadora, tem justo e acordada a locador da sala m 906 locatisada no Edificio Central Brastia — SBN — Protecto 14, ma-diante as cláusulas e condições seguintes:

Clausula Primetra - Objetico Cassus Frimers — Objetto a presente contrato ten por objetto a locação da sala n.º 90t. situada no Edificio Central Brasila — ERM — Projeção 14 cm Brasila — DF., de respriedada da Locadors, que a Intega à Locadors en prifeite estado de conservação e asseto alambiato. trega à Localdris em prifeile estavio de conservação e asseio, alapelada, livre e desimpedida de qualquer cons judicial ou extrajudicial, para meie se instalar a Localdria, não podendo fal destinação ser modificada tenão me-diante e expresso consentimento, por escrito, da Localdria.

Clásula Segunda — Valor Citatital Seguinal — Valor — Cangal mensal, livremente convencionado terá de Cr\$ 2.134.00 (dois mil cento e trinta e quatro erusairos) mensals, reatuatáves pelo sistema especial de atralização monetária equativo de la constant de l abril de 1975.

Paragrafo único. A L'ocadora obriga-se a pagar os invostos, taxas e contribuições que incidare su venham a incidir sobre o imóvel, e o seraro anual centra incêndio, em forma de reembo'ao, mediante apraentação de recibo quitado.

Cláusila Terceira — Dº Pagamento — O pagamento de aluquel aerá feito mencalmento pela Locateria en Incador cu asu representante legal, até e dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencimento mediante procesa devidamento instruíde pelo Departamento de Administração e Esrvicos Gerais da Locatária, onde o Torado deserá apresentar, até a da 2 (dois) da cada mês, os respectivos rocibos em e (três) vias, funtamente com a taxa de condomínio a em cobrada. Cláumla Tercesa -

Ciducula Quarta -- Praso -- O prade locacio será de 13 (dese) tueses, a partir de 17 de novembro de 1876, até o dia 17 de novembro de 1876, dependendo, previamente, da aprovação de Diretoria Executiva da Loca-

Parágrafo único. O contrato pode-rá ser prorrogado por igual período, salvo se qualquer das partes mantica-tar ineculvocamente, por esertio até 30 (trinta) das antes do término do praso contratual, sua interção não prerrogar o dilo praso.

Cidurala Sexta — Das Benfeiterias e Reparos — As benfeiterias obrav e instalactes feitas ficario incorprodas ao imével devendo ter privia autorisação da Locadora. Os reparos e conservos nas partes comuns do etifico ficarão à cargo da Locadora, os sellisados no interior do imével avea e ficarão à cargo da Locatora.

Climbs Silma — Da Rescisio de Contrato — Hassel rescisio deste contrato nos casos acquintes:

a) Intracão de Acordo

O presente contrato será rescridido la rispondentemento de interpetação judicial ou extrajudicial, no caso de infração do qualquer do suas eficaci-tas, so por acordo culvo as partes;

b) Desapropriação de Sinistro

Em virtude de desapropriação, in-cêndio ou desabamento que impeça o uso normal de todo ou em parte do imóvel, dispensando-se as partes con-tratantes de qualquer indenização. A Locatária terá preferência para con-tinuar na locação, se assim o dese-jar, logo que o local do sinistro se torne habitável na hipótese de incên-dio, a

c) Por Interessa Público

Este contrat será rescindido na data em que o Locatério obtiver ou-tro imóvel para atender à finalidade desta locação.

desta locação.

Cláusula Oilava — Das obrigações da Locadora — Ocorrendo a hipótese de alienação do imóvel locado, durante a vigência deste contrato, obrigações a Locadora a consignar expressamente, na escritura de alienação, a existência do presente contrato, para que o futuro adquirente o respeite, devendo registrar este documento no registro geral de imóveis para fins e efeitos previstos no Código Civil e Decreto-lei n.º 4, de 7 de feverero de 1966, bem como autorizar obras e reparos necessários à perfeita solidez do imóvei locado.

Cidusula Nona — Das Despesas do Contrato — Todas as despesas com a lavratura, publicação e emolumentos decorrentes do presento contrato cor-rerão à conta exclusiva da Locadora.

Cláusula Décima — Das Obrigações da Locatária — Para perfeita exequi-bilidade deste contrato, a Locatária se obriga: e obriga:

a) manter o imóvel em perfeitas condições de conservação e asseio;

b) não ceder ou transferr o con-trato, seja a que titulo for;

e) restituir o imóvel tal como o re-recebeu, leto é, em perfeito estado de conservação e asselo; e

d) não efetuar qualquer obja, mo-dificação ou instalação sem a prévia autorização por escrito da locadora, e uma vez realizada com este e-insen-timento, as mesmas pertencerão a Locadora, não tendo assim o Locatá-rio direito a indenização ou reten-ção.

Clausula Décima-Primeira toria — E' facultado a Locadora sem-pre que julgar necessiro, vistoriar o imóvel locado, por si ou pessoa de sua confiança, para verificar o fiel cum-primento das condições do presente contrato.

Cláusula Décima-Segunda — Publicação — A Locadora providencia-rá a publicação do teor deste instru-mento, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial da União — Seção I — Parte II.

Clausula Décima-Terceira — Foro — Fica eleito o Foro da Justica Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir litigios oriundos do presente contrato.

E, por estarem de acordo Assiram o presente em 2 (duas) vias Ce igual teor, na presença das testemunhas a tudo presentes.

Brasilia, 17 de novembro de 1975. (N.º 11490-B — 23.12.75 — Cr\$ 265,00)

Contrato de Locação do imóvel si-tuado no Setor Bancário Norte — Edificio Central Brasilia — sala n.º 901, firmado entra a Companha de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e a senhora Lygia de Bri-to Alvares Affonse

Pelo presente instrumento, de um lado a Companhia de Desenvolvimento de Vale do São Francisco — CODEVABF — empresa pública rrisda pela Le n.º 8.088, de 18.7.74, CGC nr. 00390857-0001, sediada no Ediffic

Central Brasilia — SBN — Projeção 14, nesta Capital, neste ato represen-tada por seu Presidente, Engenheiro Nilo Peçanha Araújo de Siqueira, do-- Projecão Nilo Peçanha Araújo de Siqueirs, do-ravante denominada simplesmento Locatária e de outro a senhora Lyga de Brito Alvares Affonso, brasileira, casada, advogada, residente e comi-ĉuiada em São Paulo -- SP. à Rua Oscar Freire, 2595, neste ato devida-mento representada pelo Sr. Simão da Cunha, Gerente-Geral da Imobi-liório Minas Gerale Lida, prograda Cunha, Gerente-Geral da Imobi-liária Minas Gerais Ltda., procura-dora com poderes gerais de adminis-tração, doravants denominada sim-amente Locadora, têm justo a nou-calizada no Edificio Central Bra-silia — SBN — Projeção 14, medianta as cláusulas e condições seguintes.

Clausula Primeira - Objetiro - O Cldusula Primeira — Objetiro — O presento contrato tem por objetivo a locação da sala n.º 907, situada no Edificio Central Brasilia — SBN — Projeção 14 em Brasilia — DF., de propriedade da Locadora, que a entrega à Locatória em perfeito estado de conservação e asseto, atapetada, livre e desimpedida de qualquer ônus judicial ou extrajudicial, para nela se instalar a Locatória, não podendo tal destinação ser modificada senão mediante e expresso consentimento, por escrito, da Locadora.

Clausula Segunda - Valor aluguel mensal, livremente conven-cionado será de Cr\$ 2.134.00 (dois mil, cento e trinta e quatro cruzeiros) mensais, reajustáveis pelo sistema especial de atualização monetária estabelecido pela Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975.

Parágrafo único. A Locadora obriga-se a pagar os impostos, taxas e contribuições que incidam ou venham a incidr sobre o móvel, e o segure anual contra incêndio, em forma de reembolso, mediante apresentação de rectho muitado. recibo quitado.

Clausula Terceira — Do Pagamento normal de todo ou em parte do imóo pagamento do aluguel será feito
mensalmente pela Locatária ao Locador ou seu representante legal, até
o dia 10 (dcz) do mês subsequente ao
vencimento, mediante processo devidamento instruído pelo Departamento
de Administração e Serviços Gerais
da Locatária, onde o Locador deverá
apresentar, até o día 2 (dois) de rada
mês, os respectivos recibos em 3 mês, os respectivos recibos em 3 (três) vias, juntamente com a taxa de condomínio a ser cobrada.

Cláusula Quarta — Prazo — O pra-z de locação será de 12 (doze) meses, a partir de 17 de novembro de 1975, até o dia 17 de novembro de 1976, dependendo, previamente, da aprovação da Dreloria Executiva da Locatávia.

Parágrafo único. O contrato pode-rá ser prorrogado por igual período, salvo se qualquer das partes mani-festar inequivocamento, por escrito até 30 (trinta) dias antes do término do prazo contratual, sua intenção de não prorrogar o dito prazo.

Cidusula Sexta — Das Benfeitorias e Reparos — As benfeitorias, obras e instalações feitas ficarão incorporadas ao imóvel devendo ter prévia autorzação da Locadora. Os reparos e consertos nas partes comuns do edificio ficarão à cargo da Locadora, os realizados no interior do imóvel locado ficarão à cargo da Locatória.

Cidusula Sétima — Da Rescisão do Contrato — Havera rescisão deste contrato nos casos seguintes:

a) Infração de Acordo — O pre-sente contrato será rescindido inde-pendentemente de interpelação judi-cial ou extrajudicial, no caso de in-fração de qualquer de suas cláusulas, ou por acordo entre as partes;

b) Desapropriação de Sinistro — Em virtude de desapropriação, incên-dio ou desabamento que impeça o uso

c) Por Interesse Público — Este contrato será rescinddo na data em que o Locatário obtiver outro imóvel para atender à finalidado desta locacio.

Clausula Oltava - Das Obrigações da Locadora — Ocorrendo a hipótese de alienação do imóvel locado, durante a vigência deste contrato, durante e a vigência deste contrato, obrigase a Locadora a consignar expressamente, na escritura de alienação, a existência do presente contrato, para que o futuro adquirente o respeite. que o futuro adquirente o respeite, devendo registrar este documento no registro geral de imóveis, para fins e efeitos previstos no Código Civil e Decreto-lei n.º 4, de 7 de fevereiro de 1966, bem como autorizar obras e reparos necessários à perfeita solidez do imóvel locado.

Clausula Nona — Das Despesas do Contrato — Todas as despesas com a lavratura, publicação e emolumentos decorrentes do presente entrato cor-rerão à conta exclusiva da Locadora.

Cláusula Décima — Das Obrigações da Locatária.

Para perfeita exequibilidade deste contrato, a Locatária se obriga:

a) manter o imóvel em perfeita condições de conservação e asseio;

b) não ceder ou transferir o contrato, seja a que título for;

c) restituir o imóvel tal como o re-cebeu, lato é, em perfeito estado de conservação e asseio; o

d) não efetuar qualquer obra, mo-dificação ou instalação sem a prévia autorização por escrito da Locadora, e uma vez realizada com este consenti-mento, as mesmas pertencerão a Lo-cadora, não tendo assim o Locatário direito a indenização ou retenção.

Cláusula Décima-Primeira — Vis-toria — É facultado a Locadora, sem-pre que julgar necessário, vistoriar o imóvel locado, por si ou pessoa de sua confiança, para verificar o fiel cumprimento das condições do pre-sente contrato.

Cidusula Décima-Segunda — Publicação — A Locadora providenciarà a publicação do teor deste instrumento, no prazo de 10 (dez) dias, no Didirio Offical da União — Seção I —

Cláusula Décima-Terceira — Foro — Fica eleito o Foro da Justica Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir litígios oriundos do presente contrato.

E, por estarem de acordo, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas a tudo preesntes.

-Brasilia, 17 de novembro de 1975. (N.º 11488-B - 23.12.75 - Cr\$ 265,00)

Contrato de Locação do imérel si-tuado no Setor Bancário Norte — Edificio Central Brasilia — cala n.º 908, firmado entre a Companhia de Desenvolvimeno do Vale do São Francisco e a senhora Elsita Lorlai Coelho Campos da Paz.

ESTATUTOS MILITARES

Lei nº 5.774. de 23-12-1971

DIVULGAÇÃO Nº 1,188

Preço: Cr\$ 3,00

A VENDA

Na Cidade do Rio de Janeiro

Posto de Venda - Sede: Avenida Rodrigues Alves, 1

Posto de Venda li Ministério da Pazenda ...

Posto de Venda II: Palacio da Justica, 3º pavimento ---Corredor D - Sala 311

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Em Brasilla ...

ante denominada simplesmento Loravante denominata simplesmento Lo-catária e de outro a senhora Elsita Lorial Coelho Campos da Pa4, brasi-leira, casada, médica, residente e do-miciliada em Brasilia — DF., à SQS. 111 — Bloco D — Apartamento 604, neste ato devidamente representada pelo Sr. Simão da Cunha, Gerente-Geral da Imobiliária Minas Gerais Geral da Imobiliária Minas Gerals Ltda., procuradora com poderes gerals de administração doravente denominada Locadora, tem justo o acordada a locação da sala n.º 903, localizada no Edificio Central Brasilia—SBN — Projeção 14, mediante as clausulas e condições seguintes:

Clausula Primeira — Obietivo

O presente contrato tem por objetivo a locação da sala n.º 903, situada
no Edificio Central Brasilia — SBN —
Projeção 14 em Brasilia—DF., de propriedade da Locadora, que a entrega à
Locatária em perfeito estado de conservação e asseio, atapetada, livre e
desimpedida de qualquer ônus judicial
ou extrajudicial, para nela se instalar
a Locatária, não podendo tal destinação ser modificada senão mediante
e expresso consentimento, por escrito,
da Locadora.

Cláusula Segunda -Ciustita Segunda — Valor — O aluguel mensal, livremente convoncionado será de Cr\$ 2.134,00 (dois mil, cento e trinta e quatro cruzeiros), mensals, reajustáveis pelo sistema especial da atualização monetária estabelecido pela Lei n.º 6.205, de 29 de abril de 1975.

Paragrajo único. A Locadora obriga-se a pagar os impostos, taxas e contribuições que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, e o seguro anual contra incêndio, em forma de reembolso, medianto apresentação de recibo quitado.

Cidusula Terceira — Do Pagamento — O pagamento do aluguel será feito mensalmente pela Locatária ao Locador ou seu representante legal, até o día 10 (dez) do mês subsequente ao vencimento, mediante processo devidamente instruido pelo Departamento de Administração e Serviços Gerais da Locatária, onde o Locador deverá apresentar, até o día 2 (dois) de cada mês, os respectivos recibos em 3 (três) vias, juntamente com a taxa de condominio a ser cobrada.

Cláusula Quarta -Cláusula Quaria — Prazo — O prazo de locação será de 12 (doze) mescs. a partir de 17 de novembro de 1975, até o dia 17 de novembro de 1976, depondendo, previamente, da aprovação da Diretoria Executiva da Locatária.

Parágrajo único. O contrato poderá ser prorrogado por igual periodo, salvo se qualquer das -partes manifestar inequivocamente, por escrito até 30 (trinta) dias antes do término do prazo contratual, sua intencio de não prorrogar o dito prazo.

Clausula Seria — Das Benfeitorias Cldusula Seria — Das Benjeitorias e Reparos — As benfeitorias, obras e instalações feitas ficarão incorpundas ao imóvel devendo ter prévia autorização da Locadora. Os reparos e consertos nas partes comuns do edificio ficarão à cargo da Locadora, os realizados no interior do imóvel locado ficarão à cargo da Locatária.

c) Por Interesse Público

Este contrato será rescindido na ata em que o Locatário obtiver outro novel para atender à finalidade desta locação

Cliusula Oitava — Das Obrigações da Locadora — Ocorrendo a hipótese de alienação do imóvel locado, durante a vigência deste contrato, obriga-se a Locadora a consignar expressamente, na escritura de alienação, a emstência do presente contrato, para que o futuro nadquirente o respeite; devendo registrar este documento no registro geral de imóveis, para fins e efeitus previstos no Código Civil e Decardolei n.º 4 de 7 de fevereiro do 1988, bem como autorizar obras o reparos reessários à perfeita solidez do imóvei locado. Clausula Oitana - Das Obrigações

Cláusula Nona — Das Despesas do Contrato — Todas as despesas com a lavratura, publicação e emolumentos decorrentes do presente contrato correrão à conta exclusiva da Lecadora.

Para perfeita exequibilidade deste contarto, a Locadora se obriga...

a) manter o imóvel em perfeitas condições de conservação o asselo;

b) não ceder ou transferir o con-trato, seja a que titulo for;

c) restituir o imóvel tal como o re-cebeu, isto é, em perfeito estado de conservação e asseio; e

d) não efetuar quolquer obra, modi-ficação ou instalação sem a previa autorização por escrito da locadora, e uma vez realizada com esto consentimento, as mesmas pertencerao a l'o-cadora, não tendo assim o Locatário direito a indenização ou retenção.

Chiusula Décima-Primeira — Vis-toria — E' facultado a Locadora, sempre que julgar necessário; cistoria; o imóvel locado, por si ou pessoa do sua confiança, para verificar o fiel cum-primento das condições do presente contrato.

Clausula Décima-Segunda cação — A Locadora providenciará a publicação do teor deste instrumento, no prazo de 10 (dez) dias, no Didric Oficial da União — Seção I — Per-

— Fica electio o Foro da Justica Federal, Seção Judiciaria do Distrito Federal, para dirimir litigios oriundos do presente contrato.

E, por estarem de acordo, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunius a tudo presentes.

Brasilia, 17 de novembro de 1975. — Simão da Cunha — Locador. — Nilo Peçanha Araújo de Siqueira — Loca-tário.

(Nº 11.489-B - 23.12.75 - C:3 265,00)

Contrato de Locação do imóvel situa-do no Setor Bancário Norte — Edi-ficio Central Brasilla — Sala núme-ro 901 /Irmado entre a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco c Fernando Antonio de Miranda Henriques.

Cidusula Sétima — Da Rescisão do Conirato — Haverá rescisão deste contrato nos casos seguintes:

a) Infração de Acordo.

O presente contrato será rescindido independentemente de interpelação de Obrevante contrato será rescindido independentemente de interpelação de pela Lei número 6.088, de 16 de judicial ou extrajudicial, no caso de infração de qualquer de suas cidusulas, ou por acordo entre as partes.

Em virtude de desapropriação, incisto entre as partes; alo pesapropriação de Sinistro e do u desabamento que impeça o uso normal de todo ou em parte do union desabamento que impeça o uso normal de todo ou em parte do union desabamento que impeça o uso normal de todo ou em parte do union desabamento que impeça o uso normal de todo ou em parte do union fermando Antonio de Miranda Araújo de Siqueira, doravante denominada simplesmente Locatária e de outro Fermando Antonio de Miranda Periodo de Sinistro es torne devidamente representada por seu presidente e domiciliado na SQS 211—Bloco D — Apartamento 404, nesto devidamente representada pelo Senhor invar na locação, se assim o desejar, logo que o local do sinistro se torne habitável na hipótese de incêndio, e incêndio, e curadora com poderes gerais de admi-

nistração doravante denominada sim-plesmente Locadora, tem justo e acor-dada a locação da sala número 904, localizada no Edifício Central Brasilia — SEN — Projeção 14, mediante as cláusulas e condições seguintes;

ciáusulas o condições seguintes:

Ciáusula primeira — Objetivo — O presenta contrato iem por objetivo a locação da sala número 604, attuada no Edificio Central Brasilia — SBN — Projeção 14 em Brasilia — DF., de propiredade da Locadora, que a entrega à Locatária em perfeito estado de conservação e asselo, atapetada, ilve e desimdedia de qualquer ônus judicial ou extrajudicial, para nela se instaiar a Locatária, não podendo tal destinação ser modificada senão mediante e expresso consentimento, por diante e expresso consentimento, por escrito, da Locadora.

Cidusula segunda Valor ciausula segunda — Valor — O aluguel mensal, livremente convencionado schá de Cr\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos cruzeiros), mensais, incluindo o telefone já instalado, reajustávels pelo sistema especial de atualização monetária estabelecido pela Lei número 6.200, de 29 de abril de 1973.

Parágrafo único. A Locadora obriga-se a pagar os impostos, taxas e contribuições que incidam ou venham a incidir sobre o imével, e o seguro anual contra incêndio, em forma de reembolso, mediante apresentação de recibo quitado.

Cidusula terceira — Do pagamento — O pagamento do aluguel será feito mensalmente pela Locatária ao Locador ou seu representante legal, até o dia 10 (dez) do mês subsequento ao veneimento, mediante processo devidamente instruído pelo Departamento de Administração e Serviços Gerais da Locatária onde o Locador deverá de Administração o Ecoador deverá apresentar, até o dia 2 (dois) de cada mês, os respectivos recibos em 3 (três) vias, juntamente com a taxa de condominio a ser cobrada.

Cidusula quarta — Prazo — O pra-za de locação será de 12 (doze) me-sea, a partir de 21 de novembro de 1975, até o dia 21 de novembro de 1976, dependendo, previamente, da aprovação da Diretoria Executiva da Locatária.

Parágrafo único. O contrato poderá ser prorrogado por igual periodo, salvo se qualuqer das partes manifestar inequivocamente, por escrito até 30 (trinta) dias antes do término do prazo contratual, sua intenção de não prorrogar o dito prazo.

Cidusula sexta - Das benfeitorias e reparos — As benfeltorias, obras e instalações feitas ficarão incorporadas ao imóvel devendo ter previa autorização da Locadora. Os reparos e consertos nas partes comuns do edifício ficarão à cargo da Locadora, as rea-ilzados no interior do imóvel locado ficarão à cargo da Locatária.

Ciausula selima — Da rescisão do contrato — Haverá rescisão deste con-trato nos casos seguintes:

a) Infração de Acordo

O presente contrato será rescindido independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, no caso de infração de qualquer de susa cláusulas, ou por acordo entre as partes.

- Das obrigações Clausula oitava da Locidora — Em caso de allenação do imóvel ora locado, obriga-se a Locadora a respeitar o estabelecido no parágrafo único, do artigo 1.197, do Código Civil.

Parágrafo único. Ocorrendo a hipó-Paragrafo unico. Ocorrendo a inpo-teso de alienação do móvel locado, du-rante a vigência deste contrato e caso a Locatária não utilize seu direito de preferência, obriga-se a Locadora a consignar expressmente, na escritura de alienação, a existência do presente contrato, para que o futuro adquirento contrato, para que o futuro adquirento o respeite, devendo registrar este documento no registro geral de imóveis, para fins e efeitos previstos no Código Civil e Decreto-lei n.º 4, de 7 de fevereiro de 1966, bem-como autorizar obras e reparos necessários à perfeita solidez do imóvel locado.

Clausula nona - Das Despesas do Contrato — Todas as despesas com a lavratura, publicação e emolumentos decorrentes do presente contrato correrão à conta exclusiva da Locadora.

Para perfeita exequibilidade deste contrato, a Locadora se obriga:

- a) manter o imóvel em perfeitas condições de conservação o asseic;
- b) não ceder ou transferir o con-trato, seja a que título for;
- c) restituir o imóvel como o recebeu, isto é, cm perfeito estado de conservação e asselo; e

d) não efetuar qualquer obra, mo-dificação ou instalação sem a prévia autorização por escrito da locadora, e uma vez realizada com este consen-timento, as mesmas pertencerão a Lo-cadora, não tendo assim o Locatário direito a indenização ou retenção.

Cidusula décima-primeira - Vistoria — E' facultado a Locadora, sem-pre que julgar necessário, vistoriar o imóvel locado, por si ou pessoa de sua confiança, para verificar o fiel cum-primento das condições do presente contrato.

Cidusula décima-segunda cação — A Locadora providenciará a publicação do teor deste instrumento, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial da União — Ceção I — Parte II.

Clausula décima-terceira -Fica eleito o Foro da Justica Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir litígios oriundos do presente contrato.

E, por estarem de acordo, assinam o rrescrite em 2 (duas) vias de igual-teor, na presença das testemunhas a tudo preseníes.

Brasilia, 26 de novembro de 1973. — Simão Cunha, Locador. — Nilo Pe-çanha Araijo de Sigueira, Localário.

Testemunhas: Marisa Guimardes Mac.11. — (Assinatura ilegivel).

(N.º 011486B - 23-12-75 - Crs 290.00)

Contrate de Locação do imével situa-do no Setor Bancário Norte — Edi-ficio Central Brasilia — Sala núme-ro 901, firmado entre a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Golda Pietricovsky e Cauby de Oliveira.

— Distrito Pederal, à Superquedra 206 E — Apartamento 404, neste ato devidamente representada pelo Senhor Simão da Cumha, Gerente-Geral da Imobiliária Minas Gerais Limitada, procuradora com poderes gerais de administração doravante denominada simplesmente Locadora, tem justo e acordada a locação da sala número 901, localizada no Edificio Central Brasilia — SBN — Projeção 14, mediante as cláusulas e condições seguintes: Distrito Pederal, à Superquedra 206

Cláusula Primeira - Obietivo

Clausula Primeira — Objetivo —
O presente contrato tem por objetivo a locação da sala número 901,
altuada no Edifício Central Brasilia —
Bistrito Federal, de propriedade da
Locadora, que a entrega à Locatária
em perfeito estado de conservação e
asselo, at spetada, livre o desimpedida
de qualquer ônus judicial ou extrajudicial, para nela se instalar a Locatária, não podendo tal destinação
ser modificada serão mediante e expresso consentimento, por escrito, da
Locadora.

Cidusula Segunda aluguel mensal, livremente conven-cionado será de Cr\$ 1.300,00 (hum mil e tresentos cruzeiros) mensais, reajustáveis pelo sistema especial de atualização monetária estabelecido pela Lei número 6.205, de 29 de abril de 1975.

Parágrafo único. A Locadora obriga-se a pagar os impostos, taxas e contribuições que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, e o seguro anual contra incêndio, em forma de reembolso, medianto apresentação de recibo quitado.

Cidusula Terceira — Do Pagamen-to — O pagamento do aluguel será feito mensalmente pela Locatária so feito mensalmente pela Locatária ao Locador ou seu representante legal, até o dia 10 (dez) do més subsequente ao vencimento, medianto processo devidamento instruído pelo Departamento de Administração e Serviços Gerais da Locatária, onde o Locador deverá apresentar, até o día 2 (doia) de cada mês, os respectivos recibos em 3 (três) vias, juntamente com a taxa do condomínio a ser cobrada.

Cidusula Quarta — Prazo — O prazo do locação será de 12 (doze) meses, a partir de 17 de novembro de 1975, até o dia 17 de novembro de 1976, dependendo, previamente, da aprovação da Diretoria Executiva da Locatária.

Parágrafo único. O contrato pode-rá ser prorogado por igual período salvo se qualquer das partes mani-festar inequivocamente, por escrito, até 30 (trinta) dias antes do térmi-no do prazo contratual, sua intenção do não prorrogar o dito prazo.

Clausula Sexia — Das Benjeitorias e Reparos — As benfeitorias, obras e instalações feitas ficarão incorporadas ao imóvel devendo ter prévia autorização da Locadora. Os reparos e consertos nas partes comuns de edificio ficarão à cargo da Locadora, os realizados no interior do imóvel locado ficarão à cargo de Locatária.

Cláusula Sétima — Da Rescisão do Contrato — Havera rescisão deste contrato nos casos seguintes:

a) Infração de Acordo

O presente contrato será rescindido independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, no caso de infração de qualquer de auas clausulas, ou por acordo entre as partes;

b) Desapropriação de Sinistro

Em virtudo de desapropriação, in-cêndio ou desabamento que impeça o uso normal de todo ou em parte do imovel, dispensando-se as partes con-tratantes de qualquer indenização. A Locatária terá preferência para con-tinuar na locação, se assim o desejar-logo que o local do sinistro se torne habitável na hipótese de incêndio.

a) Por interesse Público

Este contrato será rescindido na data em que o Locatário obtiver ou-tro imóvel para atender às finalidades desta locação.

desta locação.

Chiusula Citava — Das Obrigações da Locadora — Ocorrendo a hipótese de alienação do imóvel locado, durandamento deste contrato, obrigade alienação do imóvel locado, durante a vigência deste contrato, obrigase a Locadora a consignar expressamente, na escritura de alienação, a existência do presente contrato, para que o futuro adquirento o respeito devendo registrar este documento no registro geral do imóveis, para fins e tífe.tos previstos no Código Civil e Decreto-lei número 4, de 7 de fovoreiro de 1966, hem como autorizar obras e reparos necessários à perfeita solidez do imóvel locado.

Cláusula Nona - Das Despesas do Contrato — Todas as despesas com a lavratura, publicação e emolumen-tos decorrentes do presente contrato correção à cunta exclusiva da Loca-dora,

Cidusula Décima — Das Obrigações da Locatária — Para perfeita exequi-bilidade deste contrato, a Locatária se obriga:

a) mantar o imóvel em perfeitas condições de conservação e asselo;

b) não ceder ou transferir o con-trato, soja a que titulo for;

c) restituir o imóval tal como e recebeu, isto é, em perfeito catado de conservação e asseio; e d) não efetuar qualquer obra, modificação cu instalação sem a prévia autorização por escrito da locadora, e uma vez realizada com este consentimento, as mesmas pertencerão a Locadora, não tendo assim o Locatáridireito a indenização ou retenção.

Clássula Décima-Primeira — Vistoria — B' facultado a Locadora, sempre que julgar necessário, vistoriar o imóvel locado, por si ou persoa de sua confiança, para verificar o fiel cumprimento das condições do presente contrato.

sua conflança, para verificar o fiel cumprimento das condições do presente contrato.

Cláusula Décima-Segunda — Publicação — A Locadora providenciará a publicação do teor deste instrumento, no prabo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial da União — Beção I — Parte II.

Cláusula Décima-Terceira — Foro — Fica eleito o foro da Justiça Federal, Beção Judiclária do Distrito Federal, para dirimir litígios oriundos do presente contrato.

E, por estarem de acordo, assinam o presente em 2 (duas) vias de Igual teor, na presença das testemunhas a tudo presentes.

Brashia, 17 de novembro de 1975. — Simdo da Cunha — Locador. — Não Peçanha Araajo de Siqueira — Locatário. (N° 11.467-B - 23.12.75 - Cr\$ 265,00)

c) restituir o imével tal como o re- Edificio Central Brasilia, das 9:30 as beu, isto e, em perfeito cetado de 11:30 e das 15:00 as 17:00 horas.

Brasilia, 4 de desembro de 1975. — Fernando Anionio Freire de Andrade, Gerente do Departamento de Licitações e Contratos.

Oficio n.º - 51-75 -- CODEVASP. -Dias: 29 - 30 e 31-12-75,

CONCORRENCIA Nº 3-75

A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco — CODEVASF torna publico, para conhecimento dos interessados, que está aberta a Concorrência nº 3-75 relativa so levantamento cadastral complementar dos vigrasas do Boacica. plementar das várzeas de Boacica, Betume, Cotinguiba, Marituba e Bre-jo Grande, abrancendo a área total aproximada de 17.561 hectares e de aproximada de 17.301 fictures o de várias outras várzeas menores com-preendendo a área total aproximada de 5.900 hectares, todas elas situadas na região do Baixo São Francisco, nos Estados de Alagoas e Sergipe.

Os documentos de Qualificação as propostas serão recebidas às 15.00 horas do dia 22 de janeiro de 1976. no Auditório da CODEVASF localizado no 14º andar do Edifício Central Brasilia — Setor Bancário Norte — Projeção 14 — Brasilia, Distrito Federal

Os interessados deverão obter o Edital de Concorrência n.º 3.75 e as Especificações e Normas e Instruções, no Departamento de Licitações de Contratos, localizado no 4º andar do Edificio Central Brasilia, das 9,00 ås 11,30 e das 14,30 às 17,30 horas.

Brasilla, 4 de dezembro de 1973.

— Fernando Antonio Freire de Andrade, Gerente do Departamento de Licitações e Contratos.

Dias: 29 -- 20 e 31-12-75.

EDITAIS E AVISOS

MINISTERIO กก INTERIOR

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

CONCORRENCIA INTERNACIONAL Nº 1-75

Companhia de Desenvolvimento nº 1-75 referente a fornecimento, su-pervisão de montagem, instalação o testes de grandes eletrobombas para irrigação, fubos, comportas e equipa-mentos elétricos necessários ao fun-cionamento de 15 estações de bom-beamento a serem construidas no Baixo São Francisco, nos Estados de Farrinos Alexas com finenciamento Sergipo e Alagoas, com financiamento parcial do Banco Internacional do Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD.

Os documentos de pre-qualificação e as propostas serão recebidos as 15:00 horas do dia 9 de março de 1978, no Auditório da CODEVASF. Edificio Central Brasilla, Setor Ban-cário Norte, Projeção 14, 14º andar, em Brasilla, Distrito Federal.

O Edital de Concorrência Interna-cional nº 1-75 está à disposição dos interessados, no Rio de Janeiro, à Avenida Presidente Wilson n.º 210, 10° audar e em Brasilia, no Departa-mento de Licitações e Contratos, lo-calizado no 4º andar do Edificio Central Brasilia.

As Especificações, bem como qual-quer outro esclarecimento de ordem técnica serão fornecidos aos interessados somente no endereço de Bra-silia mencionado no parágrafo ante-Cier.

Brazilla, 5 de dezembro de 1975. — Adv. Fernando Antonio Freire de Andrade, Gerente do Departamento de Licitações e Contratos.

Dias: 20 - 30 e 31.12.73.

CONCORRENCIA Nº 2-75

A Companhia de Desenvolvimento de Boacica, Marituba e Betume II; elaboração do anteprojeto e projeto executivo das redes de irrigação e dreexecutivo das redes de irrigação e drenagem e obras de infra-estrutura nuxillar das áreas irrigáveis das várzeas de Pindoba e Brejo Grande; elaboração do projeto executivo de drenagem e loteamento agrícola da área
não irrigável da várzea de Marituba;
elaboração do projeto executivo da
barragem de São Miguel, na várzea
do Cotinguiba compreendendo estudo
hidrológico, geologia, geotécnica, serviços topográficos e serviços do engenharia; preparação dos editais de
concorrência e dos contratos de execução das obras e de compra e montagem dos equipamentos necessários
ao perfeito funcionamento uos sistemas de irrigação e drenagem.

Todas as várzeas supracitadas estão calizadas na região do Baixo São localizadas na região do Baixo São Francisco, nos Estados de Alagoas e Sergine.

Somente poderão participar desta Concorrência, as empresas que estive rem com sua inscrição atualizada no Cadastro da SUVALE, no ramo de Ir-rigação, na especialidade de Planejarigação, na especialidade de Fiantja-mento ou que tenham dado entrada na documentação para essa inscrição, no Protocolo da CODEVASF (Loja 7 do Edificio Central Brasilia, Betor Bancário Norte, Projeção 14 — Bra-silia) até à data de publicação deste Aviso no Didrio Oficial da União.

As propostas serão recebidas às 15:00 horas do dia 29 de janeiro de 1976, no Auditório da CODEVARF, localizado no 14º andar do Edifício Central Brasilia.

Os interessados deverão obter o Edital de Concorrência nº 2-75, as Especificações e Normas e Instruções, no Departamento de Licitações e Contratos, localizado no 4º andar do mento de Vale de 250 Francisco »

Projeto Baixo São Francisco

AVISO A FIRMAS CONSTRUTO-RAS DE OBRAS HIDROAGRICO-LAS PARA FINS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

E DRENAGEAI

1 — A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco —
CODEVASF, empresa pública vinculada ao Ministério do Interior, com
sedo no Brasil, comunica que será aberta às 15:00 horas do dia 9 de
março de 1976, em sua sede, concorrência internacional para construção
de obras hidroagricolas e de apoio,
necessárias à proteção de, aproximadamento 30.000 hectares de várzeas,
contra inundações periódicas do Rio
São Francisco, constituídas basicamente, por cerca de 100 Km de diques e 16 grandes estações de bombeamento. eamento.

beamento.

2 — Em cumprimento aos regulamentos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD, ue financia porcialmente a execução das aludidas obras, estamos levando ao conhecimento dos interessados, a realização da concorrência acima citada, esclarecendo que as informações sobre os respectivos EditalNormas o Especificações, podem ser obtidar no Departamento do Licitações e Coutratos da CODEVASP, no 4º andar do Edificio Central Brasilia, Projeção 14 — Setor Bancário Norte, em Brasilia — DF. — Fernando Antonio Freire de Andrade, Gerente do em Brasilia — DF. — Fernando An-tonio Freire de Andrade, Gerente de Departamento de Licitações e Cou-

Dias: 29 - 30 o 31-12-75.

SO AOS FABRICANTES DE BOMBAS VERTICAIS É ACESSORIOS AVIBO

CODEVASF, empresa pública vinsulada ao Ministèrio do Interior, comsede no Brasil, comunica que será
aberta As 15:00 horas do día 9 do
março de 1976, em sua sede, concorrência internacional, para fornecimento e supervisão de montagen de
grandes eletrolombas, tubos, comportas, pontes rolantes e equipamentos
eléticos necessarios so funcionamento de 15 estações de nombeamento,
a serem construiona no Baixo São
Composta de Estações de Alexage de Regipe, objetivando irrigação e dre-lagem de grandes áreas.

2 — Em cumprimento aos regula-mentos do Panco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD, que financia a aquisição dos aludidos equipamentos, estamos levando ao conhecimento dos interes-sados, a realização da concorrencia acima citada, esclarecondo que as in-formações sobre os respectivos Edital, Normas e Especificações, podem ser obtidas no Departamento de facitações e Contratos da CODEVASE, no 4º andar do Edificio Jentral Bradila, Projeção 14 — Setor Bancário Note, em Brasilla - DF.

MINISTÉRIO DAS - COMUNICAÇÕES

EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S. A

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembléta Geral Extraordinária Fican convidados os Acientatas da Empresa Brasileira de Telecomunicações 8. A. — EMBRATEI. a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, no dia 30 de dezembro de 1075, as 14 horas, em sua sede social, na Avenida Prosidento Vargas, número de dispetto nos Decretos números de Importação.

COMUNICADO N.º 886

A Catteira de Comércio Exterior de de defensivos agrícolas."

Río de Janeiro, RJ, 19 de dezembro de 1075, as 14 horas, em sua sede social, na Avenida Prosidento Vargas, número do dispetto nos Decretos números de Importação.

Rio do Janeiro, 19 de dezembro de 675. — Haroldo Corrês de Matios

1975. — Harona Conne Presidente, (Dias: 29, 30 e 31-12-75) (N' 47.245 — 22.12.75 — Cr\$ 105,00)

BANCO DO BRASIL S.A. CARTEIRA DE COMERCIO EXTERIOR

d'mentos stravés de intermediários afim de deliberarem sobre a seguinte substituires, ou representantes técnico-comerciais, não aceltando entendimentos através do intermediários ou agentes. — Fernando Antonio ou agentes. — Fernando Antonio Departamento de Licitações e Convistos.

Dias: 29 — 30 e 31-12-75.

Officio nº 51-75 — CODEVASP que da mercadoria, no exterior, do Comunicade CACEX 534 de 6.12.76.

II — E' incluida no item III-n de Comunicado CACEX 531 à secuti lo disposição:

"n-23 - de maiécias-primas oblejo de resolução do CPA, com basa no arligo 4.º da Lei n.º 3.244-57, com a redação dada pelo artigo 7.º do 120creto-lei nº 63, de 21-11-66, detil-nadas à fabricação de fertilizantes • detil-

CONSTITUIÇAO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

EMENDA N.: 1 - DE 17-10-1969

EMENDA N. 2 - DE 9- 5-1972

EMENDA N'3 - DE 15- 6-1972

Com Indice Alfabético Remissivo

DIVULGAÇÃO Nº 1.161

3º edição

PRECO Ces 10,00

A VENDA

Ne Guanabara

Posto de Venda - Seder Av., Rodrigues Alves, I

Posto de Venda li Ministério da Fazenda

Posto de Venda II: Palácio da Justiça. 3º pavimento -Corredor D - Sala 311

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Em Brasilia

ÍNDICES DA LEGISLAÇÃO FEDERAL

NUMERICO

Com indicação da data da publicação no "Diário Oficial" e do Volume da "Coleção das Leis"

ALFABETICO-REMISSIVO

Pela ordem aliabética dos assuntos

LEGISLAÇÃO REVOGADA

Diplomas legais ou seus dispositivos expressamente alterados, revogados, derrogados, declarados nulos, caducos, sem efeito ou Insubsistentes pela legislação publicada no ano a que se refere o volume.

1968

DIVULGAÇÃO N.º 1'.152 PREÇO: C:\$ 20,00

1970

DIVULGAÇÃO N.º T.202 PREÇO: C: 20,00

1972

DIVULGAÇÃO N.º T.225 PREÇO: C:3 35,00

1967 DIVULGAÇÃO N.º 1.042 PREÇO: C:3 8.00

1969

DIVULGAÇÃO N.º 1.183

PREÇO: C:\$ 25,00

1971

DIVULGAÇÃO N.º 1.211

PRECO: Cr3 25,00

A VENDA

Na Cidade do Rio de Janeiro

Pento de Venda - Seder Av. Rodrigues Alves, I

Posto de Venda la Ministério da Pazenda

Posto de Venda II: Palácio da Justiça, 3º pavimento - Corredor D - Sala 311

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Em Brasilia